

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 136

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 27 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
SESSÃO ESPECIAL DE AUDIÊNCIA  
PÚBLICA DO SENHOR SECRETÁRIO DE  
ESTADO DO PLANEJAMENTO E  
COORDENAÇÃO GERAL,  
DOUTOR MIGUEL SALOMÃO  
REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2001  
(quinta-feira)**

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a Sessão e informa que a presente transformou-se em Comissão Geral para a audiência do senhor secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Dr. Miguel Salomão, que irá discorrer sobre o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Para melhor ordenamento da presente Sessão, esta Presidência irá adotar os artigos 98 e 99 do Regimento Interno:

“1º - O senhor secretário poderá usar da palavra pelo prazo de 30 minutos, prorrogáveis por mais 15;

2º - o senhor secretário somente poderá ser interpelado sobre assunto objeto de sua prestação de contas;

3º - encerrada a disposição do senhor secretário, poderão ser formuladas interpelações pelos senhores deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos;

4º - para responder a cada interpelação, o senhor secretário terá o mesmo tempo que o interpelante;

5º - serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de três minutos, improrrogáveis;

6º - é lícito aos livres, após o tempo dos debates, usar a palavra por cinco minutos sem apartes;

7º - em qualquer hipótese, a presença do secretário de Estado no plenário, não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Extraordinária da Assembléia.”

Concedo, então, a palavra ao secretário Miguel Salomão.

**O SR. MIGUEL SALOMÃO**

Senhor presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, deputado Hermas Brandão, senhores deputados.

É uma honra comparecer uma vez mais a esta Casa de Leis, em nome do Governo do Estado, para cumprir o mandamento da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101. E ao fazê-lo, gostaria, senhor presidente, de lembrar algumas das últimas afirmações, quando aqui estivemos, no dia 31 de maio, apresentando o desempenho do primeiro quadrimestre.

Lembro bem que concluímos dizendo que se criava, naquele momento, a “Sociedade dos Amigos da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

E compareço aqui, senhores deputados, exatamente com essa mesma índole: somos todos aqui amigos de uma causa comum chamada responsabilidade fiscal de soberano interesse do País, de relevante interesse público para o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos, de modo que sinto-me muito confortável para cumprir com o máximo possível de transparência a apresentação do resultado das nossas contas fiscais do segundo quadrimestre do ano.

Evidentemente, não se trata de aprovação de contas, como aliás, ficou claro também naquela primeira apresentação, que fizemos dia 30 de maio. O Poder Legislativo tem já um mandamento constitucional que aprova-se as contas do Estado, anualmente, aprova-se as contas do senhor governador, após a manifestação do Tribunal de Contas. E o que se faz aqui, neste momento, não é prestação de contas no sentido de mandamento constitucional, é uma avaliação do cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO - Lei das Despesas Orçamentárias; e executadas através da LOA, Lei Orçamentária Anual.

Lembro que assumi dois compromissos e gostaria de lembrar. Não sei se está aqui o deputado José Maria Ferreira, o compromisso é que, em relação à dívida, deputado, o material distribuído tem, muito mais do que pede a lei, um farto histórico do endividamento do Estado. Até porque aquele compromisso ficou.

O segundo compromisso que nós iremos respeitar mais os senhores deputados, na parte visual, apresentando aqui em power point e com material distribuído, todas as informações, porque o nosso objetivo é transparência e responsabilização. Eu entendo que a minha parti-

cipação na função pública, não é apenas um mandato de Secretário de Estado, como cidadão, como professor de economia. Estou aqui neste momento, sendo um aliado para que não se perca, no futuro, esta boa semente na Lei de Responsabilidade Fiscal, essa boa semente do controle da sociedade sobre as contas públicas.

Para isso é preciso transparência, e esse é o meu compromisso de fé que vou manter, sempre.

Preparamos aqui uma apresentação, que vai ter mais do que os quatro mapas, os quatro grandes indicadores, que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que sejam apresentados a cada quatro meses.

Na verdade, a Lei determina que seja apresentada a relação entre as receitas e as despesas, determina que seja apresentada a questão da dívida, também, que seja definido e demonstrado quais são os índices relativos às operações de crédito, que são, se os senhores olharem nos últimos quatro mapas do material que foi distribuído, são aqueles obrigatoriamente exigidos pela lei e que já foram encaminhados à Assembléia.

Inclusive com a assinatura do senhor governador do Estado, que com o coordenador do Tesouro Estadual, da Administração Financeira, que também está aqui presente.

Tudo o mais que estamos apresentando, além dos últimos quatro mapas, são informações adicionais que, a pedido meu, a Fazenda preparou e trouxe, para que nós pudéssemos ter nesta Sessão, o máximo de informação, o máximo de entendimento, do que se faz com as contas públicas do nosso Estado.

Então, vamos iniciar agora uma apresentação. Vamos ver hoje os conceitos importantes que deram origem a esta Sessão, os limites da lei e os quadros.

Vemos aí o Desempenho de Execução Orçamentária, o Resultado Primário, que é o segundo quadrimestre, o primário comparado entre o primeiro e o segundo quadrimestre, Restos a Pagar em Precatórios.

Gostaria de fazer aqui mais uma observação. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no último quadrimestre do ano, quando viemos aqui apresentar o desempenho de setembro, outubro, novembro e dezembro e o prazo que a lei concede é um pouco maior, é fevereiro, por causa do recesso parlamentar em janeiro. Neste último quadrimestre é que é obrigatório apresentar Restos a Pagar e Saldo em Caixa.

Nós estamos nos antecipando, já incluímos como rotina, desde o 2º quadrimestre, a apresentação desses quadros. Quando chegarmos em fevereiro e tivermos que analisar esses números, de Restos a Pagar, já tenhamos aqui uma percepção clara do que se trata e como é feito.

Então, estamos antecipando, neste quadrimestre, aquilo que seria próprio do terceiro quadrimestre.

Apoiação da Receita Corrente Líquida, há um gráfico da evolução da Receita. Temos início de despesas com o pessoal, capacidade de endividamento analisada, saldo devedor da dívida pública, relação de contraste da dívida pública interna e da dívida externa.

A razão fundamental desta Sessão, é o artigo 9º da Lei Complementar 101, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro. Estamos apresentando números do Poder Executivo. Demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública, na Comissão referida no parágrafo primeiro do artigo 166 da Constituição, ou equivalente, nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Alguns conceitos importantes: a Lei Fiscal, no esforço de aprimorar a responsabilidade da gestão fiscal, no esforço de aprimorar a responsabilidade da gestão fiscal dos recursos públicos, menciona em seu instrumental alguns parâmetros. Hoje os conceitos seguem padrões internacionais e objetivam, justamente, a obtenção de padrões nacionais, dada a complexidade dos procedimentos quanto à organização pública e diversidades (?) regionais.

Eu gostaria de fazer uma ressalva, uma observação quanto a internacional. Você pensa que estamos fazendo isto aqui porque o FMI mandou ou porque não mandou. Acho que vem da área internacional muita coisa boa. Eu lembro que uma das coisas mais importantes que vêm da área internacional para o Brasil, é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é a vacina Sabin; se olharmos a vacina Sabin, que erradicou a paralisia infantil no Brasil, é algo que trouxemos de fora para dentro.

Então, se pegarmos só essas duas referências: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que não foi assinada no Brasil; foi assinada em San Francisco, nos Estados Unidos, e é a nossa grande esperança de um mundo mais justo, e pegarmos a vacina Sabin, que não foi criada aqui, mas livrar as nossas crianças da paralisia, acho que lá fora eles têm regras de responsabilidade Fiscal, não há porque termos vergonha de olhar e copiar aquilo que seja bom para nós, não copiar aquilo que não seja bom, e soberanamente o Congresso Nacional o fez, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal é um ato de soberania do Congresso Nacional no Brasil. Portanto, não há aqui nenhuma imposição e nenhuma regra, há a aceitação daquilo que o mundo tem de bom e exemplo para vivermos melhor, em uma sociedade mais justa e sem desigualdades, inflação e desequilíbrios.

Seguindo adiante, temos a metodologia de cálculo da Receita Corrente Líquida.

O Estado tem dois tipos de receita: aquela que é normal, os impostos com os quais eu tenho que viver; e aquela que é a receita de capital, de empréstimos, é emergência, aquilo que busco antecipar da minha renda futura, para fazer alguma coisa que preciso fazer hoje, com urgência.

Então, quando eu apanho um empréstimo no Banco Mundial, eu não estou usando uma receita corrente líquida, eu estou comprometendo a minha futura receita corrente líquida. A receita corrente líquida é o salário de cada mês. O empréstimo do Banco Mundial é o financiamento da casa própria, que vai comprometer o

meu salário nesse índice, com a prestação, parte da minha renda. Essa percepção é importante.

À medida que a corrente líquida é apurada nos últimos doze meses, os mapas estão aí, deduzindo-se, primeiro as transferências constitucionais aos municípios. Chamo também atenção para um mapa em que nós temos os últimos meses, e vão observar que até dezembro de 2000 o Estado não transferia quase nada para o município, porque o Banestado já fazia isso ao arrecadar o ICMS; já separava os 25% direto para o município, o que não era contabilizado no Tesouro Estadual.

A Lei de Responsabilidade Fiscal mudou esse conceito. A partir de janeiro de 2001, 100% do ICMS tem que ser contabilizado como receita do Estado e 25% tem que ter saída como transferência constitucional a Estados e Municípios como já vinha ocorrendo com o Governo Federal, com o imposto de renda e com IPI, em que 100% deles entravam no Tesouro Nacional e saíam pelo Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Então o Estado, a partir de janeiro de 2001, cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, mudou a forma de tratar o ICMS. 100%, a partir de janeiro, entra no Tesouro, e 25% são transferidos a Estados e Municípios.

Temos também, na Receita Corrente Líquida a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social, que é deduzido da Receita Corrente Líquida, porque não é imposto que o Estado arrecada, é um dinheiro que o servidor está descontando do seu salário para o Estado guardar.

Esse é um conceito muito importante dentro da Responsabilidade Fiscal, porque no passado se confundia isso, se misturava com receita do Estado o desconto no contracheque do servidor, que ele fazia para fins previdenciários.

Esse dinheiro é para guardar, capitalizar, dentro de um sistema previdenciário controlado pelo servidor, pelo Ministério Público, pelo Banco Central, pelo Ministério da Previdência.

Dentro da Responsabilidade Fiscal, eu considero esse capítulo extraordinariamente importante sob o qual a sociedade tem que colocar a vigilância e olhos, para não gastar esse dinheiro como se fosse receita de impostos.

Também deduzimos a Receita Corrente Líquida que o Estado pode gastar, a contribuição para o FUNDEF, Fundo de Desenvolvimento do Ensino do Magistério, e as transferências intergovernamentais e prestação de serviços intergovernamentais.

A importância da Receita Corrente Líquida é a referência para despesas com pessoal e dívida pública. Ou seja, eu não posso me comprometer a pagar pessoal e pagar a dívida acima do que a minha Receita Corrente Líquida, que é aquela disponível, permitir.

Resultado Primário, que é hoje o grande indicador dos países para saber se as finanças estão indo ao controle ou não. O que é o resultado primário? É o resultado emitido mediante cálculo que está em padrões internacionais de avaliação de contas do setor público.

Por que tem que ser internacional?

Porque quando alguém vai pleitear um empréstimo externo no Banco Mundial que opera com todos os países do mundo, existem padrões para verificar se o cliente, se o Estado que se apresenta como cliente de empréstimo internacional, está com capacidade de pagamento.

Qual o critério para apurar essa capacidade de pagamento? Tem que ser uniforme para o Brasil, para Argentina, para o Chile.

Portanto, nós temos que estar munidos de critérios de cálculo do resultado primário que sejam internacionalmente aceitos, quer pelas empresas de Raitting (?), que são aquelas que classificam os países, quer pelos órgãos, organismos internacionais que são emprestadores.

Então, a metodologia aponta o déficit do superávit primário, da execução fiscal, mediante a diferença entre as receitas não-financeiras. Portanto, o que rende no “over night” e na conta do Tesouro, eu não posso computar como receita, porque “over night” eu tenho só se o Tesouro estiver alto. Eu paguei a folha, o saldo do Tesouro está baixo, o “over night” é melhor, ou se a inflação foi muito alta, como era antes de 1994, era confortável para os governos na época pagar a folha no final do mês só com os ganhos do “over night”, quando a inflação era de 40% ao mês, e no “over night” o saldo do Tesouro crescia 40% ao mês.

Então, na metodologia internacional não se computa ganhos financeiros do Estado na sua conta, como também não se computa alienação de bens. Resultado Primário é aquela receita que eu tenho do ICMS, do IPVA; é descontado o que eu paguei pessoal, dívidas, porque isso é uma coisa duradoura e consistente.

Então, aí estão os critérios, o que tiramos fora e o que se considera. E qual finalidade? Esperar a real capacidade financeira do Estado por um dado período.

Limites estabelecidos pela lei: tem limites para pessoal, para endividamento e inclui a hipótese de recondução. A própria recondução significa convergir para a meta desejada. Se eu extrapolei, eu estou com excesso de endividamento em relação ao limite fixado pelo Senado, eu tenho que ter um prazo para me enquadrar. Não é à toa que está no Senado Federal uma proposta de resolução, estabelecendo que o Estado pode ter duas vezes a sua Receita Corrente Líquida como dívida, mas como São Paulo tem 3 vezes, já estão prevendo aí um prazo para São Paulo se enquadrar. A isso chama-se recondução ou convergência para a meta desejada para quem extrapolou. Não é o nosso caso, conforme nós vamos ver. E também a Responsabilidade Fiscal no cumprimento do conjunto de regras é partilhada em todos os Poderes.

De acordo com a despesa, além da Responsabilidade Fiscal, artigo 20, o Legislativo pode gastar com pessoal, 3% da Receita Corrente Líquida, incluído aí o Tribunal de Contas, o Judiciário, o dobro, 6%, o Executivo, 49%, e o Ministério Público 2%. Essa é a razão pela qual quando um dos Poderes quer aumentar o seu percentual, a sua fatia, pergunta-se: Qual é o outro Poder que vai

abrir mão da parte da sua fatia? Porque o bolo é 100. Se eu tenho uma fatia de 49, 6, 2 e 3, e acaba dando aí os 60%, que é o gasto com pessoal, total, autorizado para todos os Poderes.

Se alguém quer mais do que isto eu tenho que saber, quem vai aceitar ter menos, e os senhores deputados sabem que quando aprova um orçamento e a LDO é a cada ano, a importância dessa negociação?

Quanto à dívida pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal dá para o Senado a competência, nós temos uma coisa aqui que está ainda no ar, está pendente, está na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado uma proposta feita com base na Lei de Responsabilidade Fiscal para que a dívida dos Estados seja limitada a duas vezes à sua Receita Corrente Líquida e admitimos que os Estados que estão extrapolados e há muitos que estão acima de duas vezes, - têm um prazo de convergência até 2005, 2007. Eu acho matéria da maior importância e nós temos que acompanhar. Então, não foi aprovada uma nova proposta; vale a anterior, a Resolução 78; o nosso limite para endividamento é uma vez vírgula sete a Receita Líquida Real e a Lei de Responsabilidade Fiscal mudou o conceito de Receita Líquida Real para Receita Corrente Líquida.

Agora vamos aos números e certamente os senhores deputados terão que olhar no papel, porque ali está difícil de enxergar. Vamos ver o que temos de relevante.

A primeira observação que temos que fazer, eu tenho quanto foi orçado para o ano, eu tenho quanto foi projetado até o segundo quadrimestre, quando foi realizado no segundo quadrimestre e percentualmente qual foi o meu desempenho. Então, este número é o mais importante.

Nós temos 102.57 como indicador da arrecadação das nossas receitas correntes nos primeiros oito meses do ano. Quer dizer, tínhamos projetado arrecadar 100 e arrecadamos 102.57. Podemos dizer que o Estado desenvolveu o esforço máximo possível para cumprir a arrecadação que estava prevista no Orçamento e foi até um pouco além, 2.57 além. Em seguida, embaixo, a despesa 99.40. As nossas despesas totais ficaram 99.4 abaixo do projetado, embora a Despesa Corrente tenha ficado um pouco acima, porque aqui estão despesas incompressíveis. Por exemplo, despesa de pessoal, não passa pela cabeça do governo fazer demissões, e como existem direitos, é um crescimento vegetativo na folha e o pagamento em dia está implícito aqui, nós tivemos quase que um tiro no alvo, em vez de 100, 100.17 na despesa pessoal, o que mostra que o mandamento orçamentário foi cumprido.

**(mostra slide)**

O segundo mapa compara as operações de crédito, isto é muito importante, quer dizer, o Estado arrecadou bem, pagou bem, cumpriu bem, portanto, não teria grande motivação para se endividar. Como nós olhamos aqui a Receita Total com transferências aos municípios, o

realizado sobre o projetado, dá 101.9, e nós vamos verificar que para apurar a Receita Bruta, nós temos que deduzir das despesas totais, as Operações de Crédito.

As Operações de Crédito projetadas, estabelecidas até o segundo quadrimestre, é para ser 136 milhões; nós utilizamos 104 milhões, das Receitas Projetadas e das operações de crédito. Significa que os programas internacionais, estamos cumprindo mais com a parte de recursos próprios, do que com a parte tomada. Os empréstimos internacionais têm essa característica, exigem do Estado, põem na frente a parte que lhe cabe, para depois receber a parte do Banco Internacional.

Então é comum que em certos períodos a contrapartida nossa é maior, e lá na frente você tem direito ao reembolso e portanto, aumenta essa parcela que acaba vindo desse reembolso.

Nós estamos muito bem, esse indicador está bastante confortável.

- Receita e privatizações: zero.

Não houve, tem uma previsão de 3 bilhões aqui no Orçamento (na primeira coluna), que os senhores deputados aprovaram no ano passado, para o Orçamento de 2001.

- Amortização de empréstimos.

Nós amortizamos, na verdade, mais do que estava previsto. A previsão era 79.198, nós amortizamos 85. Por quê?

Porque a taxa de câmbio, de maio para cá, subiu muito e boa parte das amortizações que nós fazemos se refere a empréstimos do Banco Mundial e operações estrangeiras.

- Receitas financeiras, também consumiu a taxa Selic, que nos remunera a conta do Banestado, ao projetado na 73, de grandes financeiros, nós tivemos um pouco mais de 87, porque o Banco Central, para assegurar a pressão inflacionária, fez a taxa Selic subir, chegar a 15,75 e já estamos a 18%.

Então se aumenta a remuneração da conta do Tesouro "over night". Deduzida as receitas de capital, nós temos uma receita bruta que fica em 102.19, do projetado, portanto, maior.

As transferências aos municípios também refletem isto. Nós transferimos para os municípios 931 milhões de reais, que é a parte de 25% do ICMS e 50% do IPVA.

Portanto, nós transferimos 102.59 acima do que estava projetado.

- Receita Líquida, portanto, mostrou um crescimento de 2,59, situando-se em 102.59.

- A despesa cresceu 1.15, foi para 101.15. Dentro dela, encargo, 101,08. Outras Despesas Correntes 110,56 e aqui está a atualização do pouco daqueles convênios que tinham com as prefeituras, que o secretário Ingo fez um brilhante esforço e atualizou boa parte desses pagamentos. Outras despesas de capital.

O Resultado Primário, portanto, teve um número bastante interessante 112,98, acima do projetado. O projetado é que nós tivéssemos um Resultado Primário de

575, fechamos com 626. O que nos dá uma tranquilidade para o pagamento do 13°.

O que é que eu fiz com o Resultado Primário?

Paguei os juros da dívida de 345. É para isso que o Resultado Primário é feito. Consegui ainda amortizar empréstimos, sobraram 280, quer dizer 626 menos 245 que paguei de juros, deu uma sobra de 280, que eles chamam de necessidade de financiamento. Como o sinal é inverso, é sobra de recursos, não há necessidade de financiamento.

O que fiz com essa sobra?

Amortizei 224 de empréstimos e sobraram ainda 56, aos quais se acrescem mais: Operações de Crédito Interno, 5.629, que são liberações da Caixa Econômica em programas habitacionais e mais 99.135, que foi liberado pelo Banco Mundial, pelo BIP dos grandes financiamentos que nós contratamos já para o Paranaurbano, para o Paraná 12 meses.

Portanto, nós temos aí uma sobra final, um superávit final de quando pagasse o juro, a amortização, pago tudo em dia, 161 milhões que representa, no meu conceito, pelo menos quando fui secretário da Fazenda, o meu principal suporte para preparar o pagamento do 13° salário.

Então, virando, temos agora.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Quero comunicar que V. Exa. já usou 30 minutos. Nós concedemos, conforme o Regimento desta Sessão, mais 15 minutos, para que o senhor termine a sua exposição.

#### O SR. MIGUEL SALOMÃO

Muito obrigado.

Temos aqui o comparativo com o resultado primário do 1° e 2°. Não vou comentar, porque é uma repetição de uma outra feição, dos mesmos dados, do quadro anterior.

Virando, temos demonstrativos de Restos a Pagar. Como falei, a lei exige no último quadrimestre do ano, para ver se o saldo de caixa permite cobrir. Mas vale a pena dar uma olhada neste quadro. Restos a Pagar tem dois tipos: de Despesa de Investimentos; Despesa Corrente temos ainda remanescentes do ano de 96, em estoque em 31/12 do ano passado, 1 milhão e 74. Esses valores pequenos de anos antigos é porque não está ainda formalmente em condições de pagar. Quer dizer, nós não podemos pagar algo que não está caracterizado nitidamente como obrigação do Estado. Não é falta de dinheiro, é falta de formalização para se cumprir.

O saldo maior veio do ano 2000, 107 milhões dos quais nós já pagamos no primeiro quadrimestre deste ano 25 milhões e no segundo 99, portanto, 92% dos Restos a Pagar que veio do ano passado já estão liquidados. E tranquilamente até o final do ano nós não teremos mais isto. E o que ficar é porque juridicamente não está em condições de ser pago, por problema de documentação.

Os investimentos: repete-se a mesma situação. Se pegarmos o que veio do ano 2000, vieram 73 milhões de Restos a Pagar de investimentos, foram pagos 15 no 1° quadrimestre, mais 60 no segundo. Portanto, 82% de Restos a Pagar, já estão liquidados.

Fico bem à vontade, como não sou secretário da Fazenda, para dizer que o secretário Ingo está fazendo um brilhante trabalho, em termos de colocar em dia essas situações.

O quadro seguinte trata dos precatórios.

Precatórios, na definição da Lei de Responsabilidade Fiscal, não são restos a pagar em dívida flutuante. Vamos deixar bem claro esse conceito, porque houve muitas desinformações sobre isso na mídia. A Lei de Responsabilidade Fiscal é muito clara, o precatório não pago no ano em que foi inscrito, se junta à dívida fundada, consolidada. E o seu pagamento passa a se reger por regras próprias, que nesse momento o Congresso Nacional estuda. Uma delas, a divisão em 10 anos.

Então, se eu apanho todos os precatórios que tem e considero como Restos a Pagar deste exercício estou cometendo uma heresia contábil financeira, patrimonial e pior, instruindo contra a lei.

Essa é a razão pela qual separamos aqui os precatórios, que novamente estão em dois grupos: Precatórios de Gastos Correntes; e Precatórios de Investimentos, e verificamos que o precatório mais alto foi inscrito em 1998. E é aquela estrada de ferro Central do Paraná que o governo Federal ficou com ela e nós ficamos com a dívida, que evidentemente não é uma dívida do Estado. Mas havia um dado novo que eu acrescentei, o ano de origem da dívida. Porque como a gente está no Governo e a Justiça nos condena, às vezes é uma ação que foi iniciada 30 anos atrás. Se nós olharmos então o histórico aqui de origem, vai desde 1943. Nesse caso, precatórios são inscritos de ações iniciadas em 43. Portanto, foi o governo da época que desapropriou, não pagou o governo da época que inadimpliu, foi processado pelo prejudicado e a Justiça está mandando escrever e pagar hoje.

Isso é muito importante, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal agora proíbe que se desaproprie sem fazer o depósito em juízo. No passado era muito comum, como era urgente se fazer a estrada, desapropria, faz a estrada e dali a 30 anos a Justiça vai mandar o governador da época pagar.

Então, em relação ao precatório, é muito importante ter um foco no ano que se originou o inadimplemento, para saber qual foi efetivamente a responsabilidade pela dívida.

Eu vou correr um pouco agora porque o tempo está curto. Aqui é aquele quadro que eu mencionei, eu tenho os últimos 12 meses e chamo a atenção para janeiro de 2.001 onde aqui as transferências são mínimas. A partir de janeiro de 2.001 cresce muito, porque o ICMS passou a ser 100% contabilizado pelo Estado.

Gasto com o pessoal, nós podemos verificar que nos últimos 12 meses nós pagamos 2 bilhões e 911

milhões de pessoal, no Poder Executivo. Aqui estamos tratando de Poder Executivo, o que equivale a 48.46, e no quadrimestre, neste último, 975 milhões, que também está com 49.16.

Aqui está a desagregação, o pessoal ativo, pessoal ativo militar, deduz-se aqui alguns valores. Inativos pagos com recursos vinculados, são valores postos no Parana-previdência para pagar os inativos, gastos com demissão, e chegando então à despesa líquida, com pessoal, 2.840, representando 47.27 nos últimos 12 meses. O limite legal é 49, mas como tem aquela luz amarela que acende quando 95% desse limite é atingido, então esse valor deveria ser 2.796 e o limite legal 2.944. Nós estamos com 2.840, isso na média dos 12 meses, que já inclui um 13º que é o do ano passado. Quanto os 12 meses desse ano, eu tenho um problema com o 13º, não paguei ainda, em dezembro vou pagar, duas folhas, então tem que ter uma atenção para este aspecto. Eu diria que em relação à Despesa com Pessoal, estamos no limite, nem abaixo e nem acima. E o que a Lei de Responsabilidade Fiscal manda?

Isso até já foi objeto de um acordo entre os Tribunais de Conta do País, o Ministério do Planejamento e o Fórum de Secretários de Planejamento, que eu tenho a honra de presidir. Nós fizemos várias reuniões com os secretários de Planejamento do Brasil, os Tribunais de Contas, para interpretar como é que a Despesa com Pessoal é tratada na Lei de Responsabilidade Fiscal, e ficou estabelecido exatamente o seguinte entendimento, a lei é do ano 2.000, eu vejo o percentual do ano anterior à lei, que era 99. O Paraná tinha 72% de gasto com pessoal em vez de 60%, então tem um excesso de 12%, eu devo corrigir este excesso nos dois anos subsequentes à lei: devo corrigir metade do excesso em 2.001 e a outra metade em 2.002. Como o excesso era 12% e eu devo corrigir a metade em 2.001. Nós podemos, sem ferir a lei, caso a arrecadação caia até dezembro e o 13º chegar a 66%, é o nosso limite aqui, sem acender a luz amarela. Tira 5% de 66% que é 3.3% eu fico em 62,7% que é o limite, para não acender a luz amarela. Olhando isso tudo, esse consenso dos tribunais de Contas, vejam os senhores que nós estamos realmente na mosca, nem mais nem menos. Não há folga para dar aumento. Seria uma irresponsabilidade porque certamente iria extrapolar o limite e também não há como correr o risco de sermos punidos por estar extrapolando em relação ao prazo que a lei dá para o enquadramento.

Vamos à dívida: - este quadro é bastante interessante, diz aqui quanto eu devo ter de dívidas para contratar no ano, 18% da receita, portanto nós podemos tomar este ano de crédito um milhão e 81; tomamos apenas 104 que é a liberação do Banco Mundial, do BID de contratos antigos, tem uma margem de endividamento de 976, uma situação extremamente conservadora. Limite legal com o serviço da dívida, 13% da receita corrente líquida, nós podemos gastar 781 milhões com serviços da dívida, gastamos 570, temos uma folga de 210. Este é o famoso “guarda-chuva” que o Governo Federal deu para os Esta-

dos: quando o serviço da dívida ultrapassar estes 13, não se paga e se incorpora ao saldo devedor. Então, caminha numa situação tranquila.

Limite legal, saldo devedor total da dívida pública: é aquela resolução do Senado que está em vigor, a Resolução 68, que é 1.7, embora esteja na Casa uma proposta para 2.0. Portanto, nós poderemos ter uma dívida total de 10.214. A dívida total, fundada e flutuante, que é 8.768. Portanto, estamos abaixo do limite em 1 milhão, 445.

O limite para dar garantias, basicamente são três empresas que tomam garantia do Estado: Copel, Sanepar e Cohapar. É 1.502. Nós demos para estas empresas, até hoje, 1.214. Estamos abaixo, com uma folga de 287.

E o limite legal para Banco, antecipação de receita, é o pior tipo de empréstimo: não tem dinheiro para pagar folha. Corro a um Banco para pagar este empréstimo. Nosso saldo é zero, embora a lei autorize que até 8% da receita, até 480 milhões não é pecado nem vergonha ir a Banco, fazer “papagaio” para pagar uma folha, mas acho perigoso. Nunca, neste Governo, nós tomamos qualquer empréstimo em Banco, para qualquer ato dessa natureza.

Saldo devedor da dívida pública: é uma desagregação do que devemos, e estes itens, principalmente para o deputado José Maria Ferreira, que havia levantado esta questão, tem aqui na Lei nº 8727, nas folhas anexas o senhor encontra com dois asteriscos os contratos que deram origem a esta Lei nº 8727. Portanto, duas coisas que seguem são explicativas destes grandes números que estão aqui, como rolagem de dívida interna, pela lei de 1993. Foi uma grande rolagem que o Governo Federal fez na dívida dos Estados. E o Paraná rolou suas dívidas. Quais foram estas dívidas? Estão explicitadas na folha anexa. A mesma coisa é a Lei 7976, saneamento financeiro, também está explicitado.

Rolagem da dívida externa, que foi o acordo que o ministro Maílson fez com os Bancos credores. Tem uma parte que o ministro Maílson fez com os Bancos credores. Tem uma parte que é do Ministério da Fazenda e tem este PIB's aqui, que é o Brasil Investments Banks, que tem o BEC, etc, é a troca de títulos na dívida externa brasileira...

O SR. NEIVO BERARDIN

O senhor disse que está anexo.  
Aonde?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Virando a página, o senhor tem duas folhas, onde têm os contratos com dois asteriscos.

E embaixo, na nota de rodapé, os contratos refinanciados sob a Lei nº 8727. Contém um asterisco e estes títulos compõem parte do valor refinanciado.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas, qual é a dívida do Estado, então?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Está demonstrado aqui.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas o senhor poderia relatar, já que o senhor tem o documento em mãos.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Daria para o senhor secretário terminar a exposição, para depois fazermos as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pediria ao deputado Neivo Berardin, aliás, o senhor está inscrito aqui, o secretário poderá terminar a exposição dele e posteriormente o senhor poderá fazer a interpelação.

O SR. NEIVO BERARDIN

Ocorre, senhor presidente, que o secretário, ao relatar, diz: “conforme V. Exas. poderão buscar no anexo, aqui”.

Agora, poderia dizer de viva voz, para que pudéssemos ter nas notas taquigráficas, que são importantes nesta Sessão.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Estou preocupado com o tempo, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA

Veja bem, alguma pergunta poderá ser feita posteriormente e ficarão nas notas taquigráficas, porque nós queremos que o senhor secretário faça a explanação dele.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. O senhor secretário tem cinco minutos para encerrar sua exposição.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, eu insisto.

O depoimento, a prestação de contas do senhor secretário, suas palavras são palavras que valerão nas notas taquigráficas. Agora, simplesmente remeter para que se estude uma coisa que não se teve tempo de estudar, até nem sei porque esta Sessão está aqui no plenário, não sei porque é que esta prestação de contas não foi para as Comissões de Finanças e de Orçamento da Assembléia Legislativa, para que pudéssemos, no mínimo, dar uma analisada.

Como é que nós vamos aqui ainda ouvir: “olhem na folha tal que V. Exas. encontrarão.”

O senhor desculpe-me, pode especificar aí, porque as notas taquigráficas são um documento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Neivo, continua com a palavra o secretário e o senhor poderá argüir as suas dúvidas posteriormente, no momento que o senhor estiver com a palavra na inscrição.

Quanto à realização ou não da Sessão, o senhor poderá fazê-lo ao presidente que assim determinou que a Sessão fosse realizada hoje, neste horário e neste local.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Eu gostaria que V. Exa. me explicasse como que é que nós, eu, como deputado, posso debater com o secretário de Planejamento sem receber no mínimo com 24, 48 horas de antecedência, a prestação?

Perguntar o quê, se ele tem todos os documentos na mão para falar o que quiser e nós não temos nenhum?

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Eu tenho aqui em mãos, recebido da secretaria do presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, assinado pela senhora Amélia, no dia 25/09, portanto, na terça-feira, já o envio deste expediente.

Talvez o deputado Neivo não estivesse aqui ontem.

Ontem nós havíamos marcado esta Sessão, havia sido distribuído na terça-feira mesmo, pelo que me consta, aos gabinetes parlamentares.

O deputado Nereu levantou uma Questão de Ordem, pedindo para que fosse transferido para o dia de hoje; foi gentilmente aceito por todos nós parlamentares que estávamos presentes, inclusive pelo secretário Salomão.

Então a questão de ordem levantada pelo deputado Neivo efetivamente não procede. Foi distribuído! Todos nós temos em mãos a documentação distribuída, já há dois dias!

O SR. CEZAR SILVESTRI

Eu sou obrigado a discordar do líder do Governo, deputado Durval Amaral. Eu sou presidente da Comissão de Orçamento. Este material foi entregue ontem, às duas horas da tarde, exatamente no início da Sessão que logo após foi transferida para a manhã de hoje.

Não foi entregue no gabinete dia 25.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, só para esclarecer, não por razões de encaminhamento do Governo do Estado, eu tenho aqui, vou passar às mãos de V. Exa. o recebimento da Casa, no dia 25 de setembro.

Então, só para deixar claro que, efetivamente nem, o secretário Miguel Salomão, nem o Governo do Estado pode ser responsabilizado se de alguma maneira a nossa comunicação interna não está sendo tão eficiente quanto as questões levantadas pelos demais parlamentares.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, eu fui um dos que fiz observações a respeito do primeiro quadrimestre, a apresentação do secretário Miguel Salomão e até pela pobreza, naquele momento, desculpe-me, foram estas as expressões que eu usei e tenho certeza que quando se refere ao deputado José Maria foi em relação justamente a esta cobrança.



Evidentemente que houve a melhora, mas a questão do prazo da entrega, se nós viemos aqui numa Sessão para ouvir o secretário; o espaço está adequado e a apresentação também adequada. Agora, se viemos para discutir uma apresentação de contas de execução orçamentária a qual determina a Lei nº 101, nós não temos condições e aí, somos forçados a dar crédito às colocações do deputado Neivo Beraldin, porque nós precisamos de tempo mínimo para analisar, para discutir.

Por exemplo, o secretário Salomão disse que neste Governo não se fez um ARO.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Eu pediria que estas colocações V. Exa. fizesse posteriormente.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Eu só gostaria de dizer da necessidade do material. E peço a V. Exa., que preside a Sessão, que leve ao presidente o desconforto que esta Casa fica e o conjunto dos senhores deputados que se situa, quando um secretário vem aqui e nós temos que ouvi-lo, enquanto deputados, como acompanhante, não conseguimos ter elementos para discutir com o secretário, para colocar, para dizer ao secretário ou mesmo discordar.

Nós somos aqui neste momento ouvintes e o senhor, por gentileza, leve à Casa esta carência a que nós somos submetidos neste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Será levado e esta registrada a sua posição, deputado José Maria Ferreira.

**O SR. EDSON STRAPASSON (Pela Ordem)**

Senhor presidente, só para registrar, inclusive, como vários deputados, eu recebi este material agora, nem ontem eu recebi, portanto eu quero crer até que o deputado Durval Amaral colocou que este material que foi entregue à Casa, com muita antecedência, registrar aqui o nosso protesto por não ter recebido em tempo. É evidente que os deputados não têm formação contábil para chegar nesse momento e ficar discutindo em profundidade o material!

Isso já aconteceu no quadrimestre anterior e, infelizmente, estamos vendo, no afogadilho, tentando fazer com que a coisa passe sem muita discussão.

Muito obrigado.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, o que existe é que a Lei 101 tem vistos, tem erros, porque ela diz o seguinte:

“Parágrafo 4º do artigo 9º - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais”. Quer dizer, estamos dentro da lei.

Por outro lado o artigo 55 diz o seguinte: “O relatório será publicado trinta dias do encerramento. Signi-

fica o seguinte, que no quadrimestre passado, encerrado no dia 30 de agosto, o Governo tem até 30 de setembro para fazer audiência pública. A lei deveria dizer que ele deveria publicar até os dez primeiros dias ao encerramento do prazo, para que pudéssemos ler.

Ontem fiz um apelo ao presidente Hermas Brandão, para que suspendesse os trabalhos, para que pudéssemos dar mais uma lida na documentação. eu recebi ontem às 10h00 da manhã os documentos. Minha assessoria deu uma revisada bem superficial, porque são muitos números e grandes questionamentos. Teríamos que ter, no mínimo, uma semana para analisar isso. Por outro lado, a lei não permite que se ultrapasse dia 30 de setembro. O presidente Hermas Brandão disse: ou fazemos hoje ou amanhã, quinta-feira, porque dia trinta será domingo”.

Então, aceitamos que se realizasse hoje pela manhã.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Essa posição será levada ao presidente Hermas Brandão.

Esperamos que na próxima audiência pública de prestação de contas se equalizar essa situação.

**O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, gostaria que V. Exa. solicitasse ao secretário que declare de viva voz a questão financeira do Estado hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Ela já falou de viva voz os números colocados no quadro.

**O SR. MIGUEL SALOMÃO**

Gostaria de dizer, na linha do deputado Nereu Moura, que audiência pública é para recolher opiniões, para se aperfeiçoar isso no restante da Sessão. Não é de aprovação das contas do Governo. A aprovação das contas do Governo é um ato soberano do Poder Legislativo que será feito ao fim do ano.

Continuando, aqui temos um quadro, essa relação de contrato não é obrigação da lei, é a minha colaboração dentro daquilo que foi solicitado para entender a dívida pública. A Secretaria de Planejamento está à disposição de todos os deputados. Podemos passar para a situação financeira, como o deputado Neivo Beraldin pediu.

Temos o Poder Executivo nos últimos doze meses, gastando com pessoal, 2.911 a despesa líquida é 2.840. Então, temos aqui 2.840 de despesas com pessoal, que representa 47,27 nos últimos 12 meses. O limite legal é 49. Podemos seguir, então.

A dívida consolidada do Estado: temos uma dívida consolidada de 8.216.917 no primeiro quadrimestre, e evoluiu para 8.768 por causa do dólar; a variação do dólar fez crescer o saldo em real da dívida externa do Estado,

apesar das amortizações que fizemos. Portanto, temos um pequeno aumento do estoque para dívida, mas está abaixo daquele limite de 1.7 que a Resolução 78 do Senado estabelece.

Nossa dívida mobiliária é 0, não temos nenhum tipo mais que esteja no mercado; os títulos que havia, emitidos em 90, conforme está na lista anterior, foram rolados pela Lei 9496 em 30 anos, com juros de 6% ao ano.

Para apoiar a dívida líquida do Estado, quer dizer, a dívida consolidada líquida, temos que deduzir o que temos de ativos financeiros, que são disponibilidades e aplicações financeiras.

Aqui, como é saldo do último dia do mês e a folha de pagamento é debitada dia primeiro. Aqui não está debitada a folha de pagamento do mês, por isso o saldo final é 160, que mencionei no mapa anterior.

Portanto, a dívida consolidada líquida é 7652, mas o número que tínhamos que usar efetivamente, ou aqui no segundo quadrimestre, 8.147. O número é esse mesmo, porque aqui não está ainda debitado, nessa disponibilidade de tesouro, a folha de pagamento do mês, porque ela é só do dia 30 e a folha é do dia 01. Me corrija, no momento, se estiver errado. Estou tentando interpretar.

Então, a relação está aqui muito confortável: 1.46 pelo total, 1.36 é o líquido. Portanto, abaixo do 1.7 que é o limite legal estabelecido na Resolução 78 do Senado para a dívida consolidada do Estado.

Avais concedidos: a nossa posição de aval é também confortável: 1214, está representando 20% quando o limite legal é 25, conforme vimos no mapa anterior. Quem é que tem aval do Estado? A Cohapar tem um aval de 514 milhões dado em 1994 junto ao financiamento da Cohapar no Banco do Brasil.

Temos agora o Governo Federal, com um programa muito bom de perdoar o saldo devedor dos mutuários, que esperamos que sejam cento e poucos milhões abatidos aqui, dentro desse programa do Governo Federal. E a dívida externa da Copel, avaliássemos que é 219. E tem a dívida da Sanepar, que avalisamos. Tem a externa e interna, mas a Copel, as duas somadas dá 300 e pouco de aval e a Sanepar, 304. Portanto, estamos também confortáveis nesse indicador.

Receitas de Capital: até o quadrimestre, o desembolso do Banco Mundial, PIB, etc, deu 104 milhões. Deu 99 externo e 5 interno, que é Caixa Econômica.

Nós poderíamos tomar até 18% da Receita Líquida. Portanto, poderíamos ter tomado um bilhão e oitenta e um de empréstimos, operação de crédito; e só tomamos 104. Portanto, bem conservadora a posição do Estado. Não estamos endividando o Estado; ao contrário, estamos reduzindo o seu estoque da dívida.

Evidentemente, ninguém sabe por onde é que está chegando o empréstimo 22, 23, que usamos para fazer estradas 15 anos atrás, em dólar; se o dólar vai a 2,80, evidentemente essa dívida cresce. Não significa que o

Governo atual tomou esse empréstimo. Está pagando saldo em moeda estrangeira pela taxa de câmbio do dia.

Então, a recente corrente líquida nossa no final do quadrimestre é 6,08 bilhões e a relação percentual aqui entre a IPE é 1,74% da nossa receita, foi que tomamos de empréstimo nesse período. Portanto, bem abaixo do limite que é de 26%.

Então, presidente, acho que terminou.

Muito obrigado e fico à disposição dos senhores deputados.

O SR. NEIVO BERALDIN:

Pela Ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Neivo, temos a ordem de inscrição e vamos respeitá-la.

Cada deputado poderá fazer sua interpelação por cinco minutos, e para responder, o secretário terá o mesmo tempo. Será permitida a réplica e a tréplica com a duração, o prazo de três minutos.

Eu queria solicitar a compreensão dos senhores deputados, para que nós seguissemos rigorosamente o tempo estabelecido.

Solicitar para que todos os deputados pudessem, obviamente ter esta oportunidade.

Primeiro deputado inscrito, deputado Nereu Moura, com a palavra.

O SR. NEREU MOURA

Senhor secretário.

A primeira contatação que queria fazer-lhe é que V. Exa. procure publicar os relatórios antes do prazo em que a lei lhe faculta, para que possamos ter conhecimento melhor, para que possamos aqui travar uma discussão.

Questionamentos que possam ajudar a melhorar, inclusive, a situação do Estado do Paraná.

É a sugestão que quero fazer-lhe. Nós temos a lei que faculta que publique até o dia 30 de cada mês. Fica muito apertado para que possamos ter uma noção da situação do Estado do Paraná.

Queria fazer a primeira pergunta: o quadro 1 mostra que a despesa com o pessoal, atingiu, até o segundo quadrimestre deste ano, 2 bilhões e 222 milhões, representando 69,54% da previsão orçamentária, que é de 3 bilhões, 196 milhões. Considerando-se que até o final do ano ainda falta 1 quadrimestre, e que nele existe uma folha de pagamento a mais, referente ao 13º salário, essa despesa pode atingir a 3 bilhões e 600 milhões. Soma superior em 12.6 à previsão orçamentária, em 20% maior que a despesa de pessoal ocorrida no exercício de 2000.

Pelo que demonstra a última coluna do quadro 1, o Ministério Público e todos os Poderes, com exceção do Judiciário, terão que suplementar suas dotações orçamentárias com pessoal.

A despesa com pessoal, do Executivo, em relação com a Receita Corrente Líquida no segundo quadrimes-

tre, está apenas 1.08 percentual do limite legal, e é superior ao limite prudencial.

Esse crescimento dos gastos com pessoal, parece não encontrar justificativa plausível.

No cenário dos servidores públicos, não tiveram aumentos salariais nos últimos cinco anos. E no quadro de crise financeira, apresentado pelo Tesouro Estadual, que para enfrentá-la, o Executivo se propõe a liquidar patrimônios paranaenses, construído com esforço de gerações.

Aí eu passo a fazer as seguintes perguntas, depois da constatação:

A despesa de pessoal, distinguindo a despesa com inativos e pensionistas das outras esferas de Poder, como diz o inciso 1º do artigo 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal. A indicação de medidas corretivas adotadas, ou adotar como exige o inciso 2º, artigo 55 e os demonstrativos do Poder Legislativo, Judiciário e Ministério, conforme a exigência do artigo 1º da referida lei.

Então, queria que V. Exa. pudesse fazer a constituição em relação a esses 3 pontos, porque, no nosso entendimento, há uma situação de “engessamento” já das rubricas orçamentárias, e a necessidade de suplementos orçamentária para poder, sobretudo no Poder Legislativo e no Poder Executivo, fazer frente aos salários dos servidores e 13º.

Na seqüência, teria mais uma questão a fazer.

#### O SR MIGUEL SALOMÃO

Obrigado, senhor deputado!

Os números que estou lendo no quadro que o senhor mencionou, é orçado para Despesa de Pessoal, 3.196 e o executado até o segundo quadrimestre é 2.222. Portanto, se pegarmos mais 50% disso, dá 3.300. Com mais uma folha de 13º, vamos chegar a cerca de 3.500, por aí. É o número que se tem.

Agora, em relação ao orçado, nós temos aqui uma receita executada, também superior à prevista.

O orçamento, naturalmente, trabalhou com o fato que a Lei de Responsabilidade Fiscal nos dá o conforto de sair dos 72% de gasto com pessoal, que tínhamos em 99, para chegar ao 60% em 2.002, conforme aquele conceito da Responsabilidade Fiscal.

Então, nós temos que absorver o excesso de 6% sobre 72% em 2.001, a lei nos permite chegar a 66%, sem infringi-la, e 60% em 2.002, nós trabalhamos com folga. Queremos antecipar isso, se ocorrer a privatização da Parana Previdência no Fundo de Capitalização, como está previsto com a proposta orçamentária de 2.001, que está em execução aprovada pela Assembléia, prevendo três bilhões de reais para capitalizar o Fundo Penitenciário. Então, parte da despesa de privativos e pensionistas, nos permite cumprir esse percentual passando para a Parana Previdência, permite atingir 60% já no ano que vem.

#### O SR. NEREU MOURA

Mas, neste ano não vai ser preciso fazer a suplementação para pagar a conta?

#### O SR. MIGUEL SALOMÃO

Não, penso que não, porque já vimos no orçamento uma previsão de gasto dentro dessa proporção. Quer dizer, nós tínhamos aqui no orçamento do Estado uma previsão de receita, uma previsão de despesa e temos que aguardar uma previsão de receita, uma previsão de despesa e temos que aguardar para ver como é que ela se completa. Agora, há um aspecto interessante no segundo quadrimestre: o ano não se divide em três fatias iguais de receita: o primeiro quadrimestre é um mar cheio de receitas; o segundo é o pior do ano, porque já a safra de soja não foi negociada; o melhor quadrimestre é o último. No entanto, estamos tendo uma surpresa agradável, porque o segundo quadrimestre empatou com o primeiro. Isso nos sinaliza que vamos ter, no terceiro, uma arrecadação maior do que a esperada. Claro que aí não tem o ataque ao World Trade Center, não tem..., mas o apagão de energia não nos afetou, a economia do Paraná teve a sorte de não ser afetada, porque aqui choveu bastante, as hidrelétricas estão cheias. Então, a minha previsão, deputado, é que vamos ter receitas suficientes, sem necessidade de complementação orçamentária para pagar a folha. Agora, quanto ao percentual, se vai ficar em 66 ou 62, temos folga para 66, mas acredito que ficaremos abaixo disso.

#### O SR. NEREU MOURA

A segunda pergunta.

Continua existindo um desencontro sobre os números do efetivo endividamento do Estado. O posicionamento do Governo tem sido o de apresentar números inferiores àqueles apresentados por nós. Apesar da sua explicação não convincente, o senhor secretário, quando da Audiência Pública realizada no final de maio passado, e que o Banco Central considera necessário um financiamento que se preocupe, porque como dívida a questão continua.

Agora mesmo, o Banco Central do Brasil, através do seu departamento da dívida pública, publicou um relatório com dados do mês de julho contendo a dívida fundada da administração direta e indireta dos Estados e Distrito Federal. Nesse documento a dívida do Paraná é a seguinte, em reais: dívida contratual interna total, oito bilhões, duzentos e trinta milhões; do Tesouro Nacional, seis bilhões, oitocentos e oitenta e cinco milhões; bancário, seiscentos e vinte milhões; outras, INSS, FGTS, Pasep e outras, setecentos e vinte e cinco milhões; dívida externa, um bilhão, oitocentos e treze milhões; dívida fundada total, dez bilhões e quarenta e quatro milhões. Isso foi publicado pelo Banco Central do Brasil. E desse total para o mês de julho próximo passado, é superior aos oito bilhões, setecentos e sessenta e oito milhões apresentados no quadro oitavo e no demonstrativo da dívida consolidada e imobiliária que está assinada pelo governador e pelo coordenador da Administração Financeira do Estado.

Acontece que no quadro oitavo, o item dívida interna só relaciona a dívida com a União e com o INSS,

não registrando a dívida bancária e as com o FGTS, Pasep e outras. Esse não registro, soma algo em torno de um bilhão e trezentos milhões, valor semelhante a diferença entre os números do Governo do Estado e do Banco Central. Se somarmos a dívida fundada de dez bilhões de reais, o resto a pagar do quadro quarto-A e quarto-B no valor de três bilhões de reais, chegasse a um endividamento do Tesouro Nacional, no curto e longo prazo, de o mínimo treze bilhões de reais.

Porém, tem outra dívida que poucos falam, e poucos sabem de seu volume. Senhor secretário, qual a dívida, hoje, do Tesouro do Estado relativa a créditos do ICMS em poder das empresas? Além do que, por que o Estado não registra como dívida o FGTS, o Pasep e o INSS? E por que essa diferença dos demonstrativos emitidos pela Secretaria do Planejamento, com dados do Banco Central do Brasil, em quase um bilhão e trezentos milhões? Além do que, também estou fazendo a pergunta, qual é a dívida do Tesouro do Estado relativo a créditos de ICMS em poder das empresas?

#### O SR. MIGUEL SALOMÃO

Bom, vamos começar pelo crédito de ICMS, que é a Lei Kandir e que eu ajudei, inclusive, o deputado Haully, a fechar o projeto de lei, a Lei Kandir diz que os créditos que derivassem dos exportadores, para os exportadores que comprem soja no Mato Grosso e se exportam, o ICMS poderia ser objeto da emissão de um título, de um papel resgatado em cinco anos, que seria regulamentado: até hoje não foi. Então, nenhum Estado está pagando em cash esse crédito, porque ele teve uma regulamentação da Lei Complementar nº 87, a chamada Lei Kandir, que iria disciplinar de que modo? Estados como o Paraná, que já vimos, estava, sofrendo uma perda com a Lei Kandir de 380 milhões de ICMS com a soja no porto, já não tínhamos mais ICMS no porto. Ainda tínhamos que pagar o ICMS recolhido pelo grão que vinha do Mato Grosso, depois transformar em óleo aqui e exportar sem imposto. Essa foi a nossa grande reação na discussão da Lei Kandir. E colocou-se na lei a previsão de criar um título para pagar em cinco anos, para ser regulamentado: até hoje não foi.

Então, é do mais nítido interesse público que não se pague esse crédito antes que o Governo Federal defina qual é o mecanismo de compensação que nós vamos ter. E efetivamente, isso não é dívida, porque está defendendo toda uma regulamentação complementar e está absorvido no custo que o exportador de soja tem. Quando ele exporta em dólar, há uma taxa de câmbio mais alta, e ele se livrou do ICMS do porto. Quer dizer, nem nós perdemos ICMS no porto. Teríamos que pagar. O ICMS que ele paga a um Estado de onde ele traz o grão, realmente, seria afundar o Paraná.

Então, isso não é uma dívida, tanto é que não é passível de execução. Conceito de dívida é aquilo que tem valor, vencimento, juros, e é cobrado de maneira clara e transparente.

Bom, em relação à oferta, desculpem eu ter feito esse testemunho que eu fui, enfim, personagem da história do Estado. Quanto ao resto, nós tivemos o cuidado, no anexo 1, que o quadro da dívida, que é o quadro 8º, ele tem o anexo 1 e o anexo 2.

Nós procuramos, com grande esforço da Fazenda, pesquisa histórica no final do anexo 1. Encontra-se aí INSS, a data, o parcelamento de débitos vencidos até dezembro de 1994, o valor contratado, o prazo para pagamento e o encargo financeiro, TJLP. De 1995 a 1998, parcelamento de débitos após janeiro de 1995, valor contratado, TJLP.

Então, o conceito que o Banco Central usa nesses mapas da dívida, ele procura estimar aquilo que de um lado o INSS considera, vamos dizer, como crédito da União, mas é toda matéria que depende de parcelamento, de regulamentação, é toda uma história.

A Louiseana que está ao meu lado, se os senhores me permitirem, como ela é gestora da área, quer saber se ela tem uma informação a mais sobre esse aspecto.

#### A SRA. LOUISEANA

Alguns relatórios do Banco Central somam dívidas do Estado com municípios e a metodologia de apuração que o Banco Central usa para edição desses relatórios é diferente da que o Estado usa. O Estado usa a condição no final do mês; são valores contábeis que estão disponíveis nos balancetes. E o Banco Central, o saldo devedor que é apresentado aqui, é do dia 31 de agosto. Esse relatório que o senhor tem aí que diz que a posição é de 31 de julho, na realidade se o senhor for pegar a composição do saldo devedor, contrato por contrato, do Estado, não vai bater, porque o Banco Central usa o banco de dados citados pelo Ministério da Fazenda, em que ele não atualiza as amortizações feitas nos contratos com amortização semestral.

#### O SR. NEREU MOURA

Mas veja, por aquilo que o secretário mostrou, houve um acréscimo na dívida, mesmo com as amortizações em função da variação cambial houve um acréscimo. Quer dizer, mesmo assim não chega a essa aritmética.

#### A SRA. LOUISEANA

Não. Mas veja bem, o dólar deu uma subida muito grande agora no final de agosto. Então, se você pega uma posição inicial do devedor em 31 de julho, para 31 de agosto ele vai ter uma subida muito grande. Se pegarmos o primeiro quadrimestre do segundo, a variação cambial foi de 16%.

#### O SR. NEREU MOURA

Mas a senhora veja, mesmo assim eu não me convenço com as explicações, porque o Banco Central do Brasil está dizendo que no mês de julho a dívida era maior do que essa apresentada no quadro. Quer dizer, se

houve ainda uma avaliação positiva cambial, quer dizer, a dívida teria que ter aumentado e não diminuído.

**A SRA. LOUISEANA**

Esse relatório que o senhor tinha pego, se não me engano são mais de 20 relatórios que saem com posição de endividamento dos Estados e Municípios. Então, a gente confunde muito porque tem um deles que soma dívida, Estado e Municípios. Então lá no Paraná vai aparecer a posição da dívida do Estado mais a dívida dos municípios do Paraná. E tem um outro quadrinho lá que quando se fala só a dívida do Estado, eu acredito que vai estar um pouco mais perto da realidade.

**O SR. MIGUEL SALOMÃO**

Se o senhor quiser fazer com seus técnicos para esclarecer tudo isto, porque realmente há esta diversidade...

**O SR. NEREU MOURA**

Eu gostaria, senhor secretário, que na próxima audiência pública, estes dados viessem bem concretos, porque nós vamos ter os nossos dados que são oficiais. Eu não acredito que o Banco Central do Brasil não sabia bem com clareza o montante da dívida do Governo do Paraná.

Eu não acredito.

**O SR. MIGUEL SALOMÃO**

Eu me comprometo com o seguinte: nós vamos pedir ao Banco Central a desagregação dos dados dos seus mapas. A doutora vai fazer este comparativo e na próxima, viremos com isto.

A transferência é nosso compromisso.

**O SR. NEREU MOURA**

Eu quero encerrar, senhor presidente.

Eu teria mais algumas perguntas mas como nossos colegas têm que fazer outras, eu quero dizer, senhor secretário, que não é verdade que houve um acréscimo de ICMS de 31%, porque V. Exa. falou aqui nos dados que apresentou, que a partir deste ano foi agregado 100% do ICMS recolhido, aí incluindo os 25% que são repassados constitucionalmente aos municípios.

A propaganda do Governo que o ICMS está subindo não é verdadeira se nós tirarmos os 25% dos municípios mais a inflação, nós vamos constatar que o ICMS está caindo. Se nós subtrairmos os 25% do ICMS, que é o repasse constitucional dos municípios, nós vamos ter um acréscimo de apenas 1,35% de ICMS. Isto dá abaixo da inflação.

Portanto, a Secretaria de Planejamento e o governador Jaime Lerner vão ter que mudar a propaganda de que o ICMS está crescendo no Estado do Paraná.

**O SR. MIGUEL SALOMÃO**

Isto eu acho que é fácil de responder.

Os números não admitem a leitura a não ser aquelas que expressam. Eu tenho informações da Fazenda que nós estamos começando realmente agora a colher os frutos da semeadura feita. Temos novas indústrias, estamos colhendo; isto é fácil de se encarar. Apenas é preciso comparar mês contra mês.

Nestes mapas que estão aqui, que são feitos de acordo com a lei, eu tenho os últimos doze meses e eu volto a lembrar, o quadrimestre do meio do ano é tradicionalmente o mais fraco e ele está neste ano, empatando com o primeiro. É um sinal visível, efetivamente, de desempenho. Nós podemos fazer um estudo específico sobre isto e encaminhamos ao senhor.

**O SR. NEREU MOURA**

Mas, viu, senhor secretário, V. Exa. há de convir comigo, V. Exa. disse que houve um acréscimo de 31% no ICMS, porque foi agregado 100% do ICMS por conta da determinação legal. Isto...

**O SR. MIGUEL SALOMÃO**

Eu gostaria de retificar.

Se disse isto não é o que...o que eu falei é que em relação ao projeto no orçamento, nós o pegamos e dividimos em três parcelas, parcela do primeiro quadrimestre, do segundo e do terceiro. Três parcelas iguais. Mesmo dividindo em três parcelas iguais, quando o certo é que o quadrimestre do meio do ano é mais fraco, mesmo assim nós tivemos uma arrecadação maior que os dois primeiros quadrimestres, maior do que o projeto por este critério. Portanto, a tendência é que no outro quadrimestre, que é o bom, tenha ainda mais.

Eu não falei que tivemos um aumento de 31%...

**O SR. NEREU MOURA**

É o que estão demonstrando os balancetes que V. Exa. trouxe para nós. Aliás, a esperança é a última que morre, não é secretário? Vamos torcer que no último quadrimestre cresça a arrecadação do ICMS no Estado!

**O SR. MIGUEL SALOMÃO**

Estou confiante que sim, deputado. Vou lhe mandar um estudo específico sobre isto para a sua assessoria.

**O SR. MARCOS ISFER**

Senhor presidente, senhor secretário, eu acho que as manifestações colocadas já por diversos colegas com relação a estas audiências públicas eu gostaria de ressaltar que realmente elas servem para que se faça e se incorpore cada vez maior transparência, cada vez mais ter acesso às informações com antecedência, e tenho certeza, que toda a Assembléia e toda a população vai poder vir a esta Casa, ajudar, incrementar e trazer melhores dados e até fazer com que essas audiências cada vez sejam mais produtivas.

- Primeiro ponto, o senhor falou na explanação dos 160 milhões, que já seria uma espécie de previsão para o

13°. Naturalmente que o senhor conta com uma arrecadação melhor para o terceiro quadrimestre. Se isso não ocorrer, porventura, como é que fica a previsão do 13° do funcionalismo que já foi feito ao longo dos 8 meses anteriores?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

A previsão foi feita, tanto é que o saldo em agosto está aí.

Agora, o caixa do Estado é executado de acordo com os recursos. Aliás, a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe se gastar aquilo que não se arrecadou. Então se a arrecadação cair, e a Folha de Salário é sagrado, segura-se o gasto de custeio e de investimento e se faz a administração financeira para garantir que os recursos estarão priorizados para o funcionalismo.

O SR. MARCOS ISFER

Segundo: pelo que o senhor demonstrou e pelo que as contas demonstram, ainda ontem fiz um questionamento com relação à dívida ativa do Estado. Que tipo de medidas estão sendo tomadas para a recuperação desses créditos? Porque nós temos informação que a Procuradoria Fiscal do Estado, encontra-se até meio desativada.

Como é que está esta recuperação de créditos?

Acho que isso é muito importante, porque parece-me que vem um grande contingente, também, a ser agregado.

A Procuradoria Geral do Estado, representa o Estado na cobrança desses créditos e quando estava na Fazenda surpreendi-me com o tamanho da dívida; fui procurar ver qual era a parcela dominante.

Surpreendi-me que eram frigoríficos. Quer dizer, quem vende carne, teoricamente vende à vista, mas eram frigoríficos fantasmas criados há 10 anos atrás e que criavam a dívida e desapareciam. Então, tentei atacar muito isso.

Hoje, estou tendo uma informação boa, porque até frigoríficos estão pagando ICMS. A capacidade fiscal deles está sendo cumprida e estabelecida.

Mas posso lhe dizer que essa dívida é muito antiga, é alta e concentrada, em um setor aonde houve uma enorme fraude de criação de frigoríficos, no final dos anos 80 e, que deixaram experiência.

A Procuradoria tem procurado e não acha, efetivamente, meios de cobrar.

Nós temos que tornar daqui para a frente a carga tributária justa, suportável, para que se pague em dia.

Como economista, tenho convicção de que quanto mais alto o imposto, mais vai gerar a carga tributária, maior o risco de não receber. Isso nós temos procurado fazer, até agora respeitando o limite e a capacidade fiscal do setor empresarial cobrando imposto possível de se cobrar, e as alíquotas que nem aquelas, que permitam que o emprego seja mantido e que a economia cresça.

Efetivamente, é um estoque muito antigo que está inscrito na dívida ativa.

Terceiro: nós temos tido notícias dos jornais paraenses de uma cobrança do ICMS, que tinha sido dado como incentivo à empresa Chrysler, que agora desativou os seus trabalhos em Campo Largo.

Esse recurso naturalmente tem uma previsão de ingresso. Gostaria de saber, não consta aqui, mas como é uma audiência pública e estamos falando das finanças do Estado do Paraná, acho que é algo que poderia ser debatido, discutido, e pelo menos se tornar público. Porque, da mesma forma que leio as notícias, tenho informações de que a imprensa diz que tem prazo para fazê-lo, e não irá fazê-lo antes dos prazos previstos.

Portanto, esse recurso não entraria este ano, e as notícias que têm sistematicamente saído nos jornais dizendo que esse cento e poucos milhões serão aplicados em estrada, parece-me que ficaria defasado.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Tenho certeza que vou voltar aqui em breve para relatar o quadrimestre de setembro a dezembro e poder afirmar, com todas as letras, que o dinheiro foi recolhido no prazo legal, que é o mês de setembro.

O SR. MARCOS ISFER

Isso que eu queria saber. Até o momento nós não tivemos nenhuma notícia disso!

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Tenho certeza, e estou com uma forte convicção que o senhor terá notícias amanhã, ainda.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Aparte com o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

No meu aparte vou fazer mais uma constatação do que propriamente perguntar. Até porque não tenho maiores elementos para debater com o ilustre secretário, visto que não recebemos com antecedência a prestação de contas. Também ratificar a nossa discordância e neste momento a Assembleia Legislativa está colocada aqui mais uma vez para tirar a fotografia, para eventualmente aparecer nos canais de televisão, porque, de prático, pouco se pode fazer.

Quando o secretário falou da dívida do Estado, ele deu um número de 8 bilhões e não sei o quê.

Gostaria de saber se essa dívida é consolidada, ou é dívida corrente, ou se é também... se o senhor inclui aí a dívida flutuante?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Vamos falar dos conceitos que se usa para consolidada e flutuante. Consolidada ou fundada são sinônimos, é aquela dívida que ultrapassa o exercício orçamentário e será pago em vários exercícios. A flutuante é aquela dívida que o governante toma no mesmo ano para pagar no mesmo ano, ou seja é o saldo de empréstimo de curto

prazo. Então, dívida flutuante nós não temos nada, é zero o saldo. O mapa que nós apresentamos aqui, é o mapa que a SPM, a Secretaria do Tesouro Nacional padronizou uma portaria para todos os Estados brasileiros observarem. Então, a Fazenda criteriosamente elaborou esse mapa de acordo com o modelo da SPM. E o conceito de consolidada é a dívida que vence em exercícios, além do atual exercício. E a flutuante é aquela que vence no próprio exercício.

Então a nossa dívida flutuante é zero, e a dívida total que nós temos é só consolidada.

O SR. NEIVO BERALDIN

A dívida a que V. Exa. se refere é a dívida direta, ou inclui a dívida de empresas de economia mista?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Não o conceito de dívida; aqui, é a dívida na qual o Tesouro tem responsabilidade. Se a Copel toma um empréstimo, isso aí não é dívida direta do Tesouro. Agora, no estudo macroeconômico, hoje se procura verificar quantas empresas o Estado criou para fazer dívida. Não é mais possível aquele jogo: bom, não fala dívida no Tesouro para não aparecer, mas crio 10 empresas que vão fazer dívida. Então hoje o Governo Federal tem isso sob controle. No nosso caso não há efetivamente esse problema, porque temos poucas empresas, e as que temos estão com aval, aqui, descrito. E na verdade, até curiosamente, nós devemos para a Copel. Chamo atenção aqui, para o mapa do anexo 1, do mapa do quadro 8. O senhor encontra mais ou menos no fim: Copel Aviso 9, que tem compensação de SRC Copel com a Lei 7976. No último balanço da Copel, em junho, aí está 680 milhões, que é o que o Estado deve para a Copel, porque são os empréstimos internacionais que o Estado tomou para capitalizar a Copel, para fazer hidrelétrica, e depois, na rolagem da dívida externa a União saiu fora, e ficamos devendo para a Copel. E com isso, a Copel não cobra da União a diferença de tarifa, é o tal do CRC.

Então, esse complexo de dívidas com estatais está impedido de incluir aqui, nesta posição.

O SR. NEIVO BERALDIN

E o valor arrecadado na venda de ações da Copel, de que forma ingressou no Estado?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Isto foi objeto na época da criação da Paranainvestimentos. A Assembléia determinou inclusive uma comissão de deputados para acompanhar cada recurso arrecadado pela Paranainvestimentos, através da securitização das ações da Copel e esse recurso esteve carimbado pela lei estadual para investimentos de infra-estrutura, investimentos estes acompanhados...

O SR. NEIVO BERALDIN

Qual foi o valor arrecadado, por parte do Estado?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Essas operações ocorreram mais em 95, 96, 97. Estão no balanço do Estado. Assim, de pronto, não tenho na memória, mas fizemos uma valorização no papel, porque quando assumimos, em 95, a mim chamou a atenção que tínhamos ações da Copel, cujo valor patrimonial era 16 e no mercado valia 4. Incrível que a contabilidade da empresa desse 16 reais por lote de mil ações na escrita, e no mercado valia 4. Então, o mercado não tinha esse papel, a ação da Copel não estava no mercado...

O SR. NEIVO BERALDIN

Se me permite, secretário, posso afirmar a V. Exa. que o Estado arrecadou, no mínimo, 1 bilhão e 800 milhões de reais e no máximo 2 bilhões e 200 milhões de reais, apenas para constatação.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Se o senhor me permite, gostaria de lembrar que concluímos muitas obras federais iniciadas, a duplicação da 376, as duas pontes do Rio Paraná, Guaíra e Camargo, a Ferroeste, investimentos que foram feitos com ações da Telepar, que não foram suficientes e a continuação desses investimentos, para evitar obras paralisadas que são desperdício de dinheiro público...

O SR. NEIVO BERALDIN

Se me permite, secretário, em 95 o Governo tinha 196 bilhões de ações da Copel, hoje ele possui 85 bilhões, portanto vendeu 111 bilhões. Mas não quero entrar neste mérito, até porque não é esse o momento.

Como V. Exa. dirige o Parana Previdência e o Governo tem dito, constantemente, que precisa vender a Copel para poder capitalizar o Parana Previdência, gostaria de perguntar a V. Exa. quanto é que o governo arrecadou com a antecipação dos royalties de Itaipu e quanto investiu no Parana Previdência?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Nossos números estão todos no site da Internet, na página da Previdência, nossos balanços, nossas contas e tenho agora o conforto de exibir aqui a certidão de regularidade do sistema previdenciário estadual, que tirei ontem na Internet, no site do Ministério, onde estão lá relacionados todos os Estados e sua situação. O Paraná é o único Estado, no Brasil, a poder exibir esse certificado que diz que o Estado está em situação regular em relação à Lei 9717.

Isso significa que temos uma nota técnica do Ministério da Previdência atestando que o Parana Previdência tem um cálculo atuarial que inclui aporte de recursos, pelo Estado, através de royalties, ou através de receita de privatização que sinalizam que este fundo é a garantia do servidor do Estado, que a sua contribuição não vai entrar em gastos correntes do Estado...

O SR. NEIVO BERALDIN

Mas qual foi a receita da antecipação?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Cerca de 1 bilhão e 800 milhões de reais foram drenados com a antecipação dos royalties que era um dinheiro que se gastava antes com despesa corrente.

O SR. NEIVO BERALDIN

Quanto seria, por mês, se o Estado antecipou isso?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

São resgatados, mensalmente, no Banco do Brasil, o mesmo volume, um pouco maior do que seria mensalmente a entrada de royalties, no Tesouro. Os royalties são cerca de 7 milhões de dólares por mês, metade para o Estado, metade para os municípios, cerca de 3 milhões e meio de dólares, pela taxa de câmbio que está aí, o valor de 7 milhões por mês, que é a receita de royalties. Como houve antecipação de 23 anos para 15, a parcela mensal é um pouco maior, mas ela é resgatada, exclusivamente, para capitalizar o Fundo de Previdência.

O SR. NEIVO BERALDIN

Qual é o saldo do Fundo de Previdência hoje, tendo em vista que o senhor é o presidente?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Temos hoje um ativo total de 1 bilhão e 900 milhões; está no site da Internet.

O SR. NEIVO BERALDIN

E em dinheiro, quanto é que tem?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

É aplicado em títulos federais, como manda a Resolução do Banco Central.

O SR. NEIVO BERALDIN

Bem, secretário Salomão, evidentemente eu, como já disse anteriormente, vou me reservar o direito de fazer um estudo mais elaborado após essa reunião que V. Exa. faz aqui hoje, para o grande embate do futuro, e reafirmo, mais uma vez, que a Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo que conheço dos municípios do Paraná, ocorre assim: a prefeitura manda para a Câmara de vereadores, passa a prestação para as Comissões de finanças e tomada de Contas. Aprovado o parecer nestas duas comissões, o Poder Legislativo marca uma audiência pública para que todos possam perguntar: não só os deputados. Por isso, ela se diz audiência pública.

Eu quero dizer que não estou com documentação necessária para debater com V. Exa., sobretudo porque há uma divergência oficial entre o que dizem os técnicos do Tribunal de Contas que têm o dever de auditar as contas do governo, com os números que V. Exa. coloca, aqui. É uma contradição flagrante. E eu sugiro ao presidente da Assembléia que convoquemos então os técnicos do Tribunal de Contas, sobretudo o chefe de Inspeção de Contas do Tribunal, para que no plenário venha explicar esta

contradição do que diz o governo e o que dizem os técnicos do Tribunal de contas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

Não estando, e nem havendo mais nenhum deputado inscrito, gostaria de passar a palavra às lideranças que aqui se encontram, se gostariam de fazer uso da palavra.

Lideranças partidárias, inicialmente.

Com a palavra o PPS, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhor secretário, inicialmente eu gostaria de fazer uma sugestão e dizer que concordo com os deputados Neivo Beraldin e José Maria Ferreira e mais alguns deputados que levantaram a questão, do pouco prazo que tivemos para fazer a análise desta apresentação que V. Exa. faz, cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A sugestão que eu faço, e regimentalmente como presidente da Comissão de Orçamento, não podemos convidar o secretário ou até convocar, através desta comissão. Mas, antecipadamente V. Exa. já se colocou à disposição da Comissão de Orçamento.

Então, sinta-se convidado, através da Comissão de Orçamento, para que possamos discutir com maior profundidade e na segunda-feira, marcaremos uma reunião extraordinária, por parte da Comissão de Orçamento, para que fixemos uma data para sua vinda, aqui na comissão, para que possa prestar esclarecimentos a todos os deputados, com tempo mais amplo, para que possamos discutir com mais profundidade esta questão.

Eu não faria questionamento a V. Exa. até porque não é assunto desta reunião, mas como V. Exa. falava com relação à Copel, da valorização que o Governo fez nas ações, principalmente no ano de 95, quando as ações estavam a quatro, cinco reais e no valor patrimonial estavam avaliadas em dezesseis reais.

Vi uma entrevista de V. Exa. num programa de televisão, quando V. Exa. falava várias vezes, afirmava de forma contundente essa valorização por parte do Governo do Estado, o trabalho que o Governo teve nesta valorização destas ações, e dizia, também de forma categórica, que a Copel não era dos paranaenses, que é uma empresa que todos estavam iludidos com a propaganda que foi feita durante anos, uma empresa que tinha uma função social, que era uma empresa que cobrava uma das tarifas mais caras do País, enfim, depreciando a Copel publicamente, através de um programa de televisão.

Quero dizer a V. Exa. que se houve valorização das ações da Copel, deve-se a este Parlamento, à Assembléia Legislativa.

Exatamente neste recinto, o atual secretário da Fazenda e presidente da Copel, numa audiência no ano de 1995, desmerecia publicamente a empresa, dizendo



inclusive, e isto está gravado nas notas taquigráficas desta Casa que o balanço não refletia a realidade da empresa naquele momento, e eu lembro bem, eu disse que se nós estivéssemos num País que levasse as coisas a sério e se nós tivéssemos à frente do Governo, um Governador que realmente zelasse por esta empresa estatal, ele demitiria sumariamente o secretário, naquele momento.

O presidente de uma empresa que vem numa audiência pública, transmitida por todos os meios de comunicação e diz que o balanço desta empresa não reflete a realidade, desmerecendo a empresa, que tem ações na Bolsa de Valores, não só nacional, como também na Bolsa de Nova Iorque, realmente nós não podemos aceitar que este governo tenha valorizado as ações da Copel, até porque em 95, quando a ação estava em 4 a 5 reais, o governo através de deputado da Base Aliada, apresentou um projeto na Assembléia Legislativa, que autorizava a venda das ações da Copel e graças a um trabalho de diversos deputados desta Casa, nós levamos esta discussão por mais cinco meses, e aí, sim, a ação chegou a 16, 17 reais, se aproximando do Governo porque se nós aprovássemos o projeto no momento que ele foi apresentado as ações teriam sido vendidas a 4 reais e não a 17, 18, 20 como elas chegaram.

#### O SR. MIGUEL SALOMÃO

Eu não tenho procuração para defender o secretário Ingo, mas como companheiro de Governo, eu entendo bem o que tenha acontecido.

Quando esta valorização aconteceu deputado, nós conseguimos ir a Nova Iorque captar ações novas. Emitindo ações novas que eles compraram a 18 dólares, hoje estaria quase 50 reais e com elas fizemos Salto Caxias.

Pela primeira vez se fez uma hidrelétrica no Estado com dinheiro de aumento de capital, foi possível aumentar o capital porque a empresa teve o seu balanço reconhecido lá pela SEC (SIC), que é a CBM dos Estados Unidos. Eu tive a oportunidade de elogiar o último balanço da Copel que saiu na Gazeta do Povo no dia 14 de março, em 10 páginas. Foi um dos mais belos documentos que eu já vi, como analista financeiro, extremamente transparente, extremamente detalhado, porque é exigência da CBM brasileira e da CMB americana, que é a SEC (sic).

Então, eu acho que a questão do balanço da empresa hoje, reflete a verdade.

Eu estou fazendo este registro por uma questão de consciência só, e de solidariedade, que por esforço do Ingo em fazer a empresa estar registrada no Brasil, na CBM, com capital aberto, e nos Estados Unidos, com capital aberto exigiu esta transparência que levou a ocupar 10 páginas na Gazeta do Povo para publicar o balanço. É um documento que eu recomendo que todos leiam, porque é uma verdadeira aula de Copel.

Agora em nenhum momento eu desvalorizei a Copel.

Nós que administramos o dinheiro público do Paraná e colocamos este dinheiro em bons ou maus negócios, nós estávamos com quase três bilhões, naquela época, numa empresa cujo negócio não tinha o nosso mando. O mando é do Governo Federal e ele nos manda produzir energia elétrica mais cara e vender mais barato para São Paulo. Ele diz que eu não posso cobrar o ICMS.

Isso eu digo como paranaense e repito, desde 95, logo que eu entrei na Fazenda que eu percebi isso, como paranaense eu me indignei da forma como o Governo Federal impõem para o Paraná e o sistema elétrico brasileiro, ônus pesados de capital, não poder recolher ICM's e ainda vender energia para São Paulo, subsidiada. Este discurso eu mantenho e estou à disposição de todos os paranaenses para aprofundar.

Nada contra as pessoas que trabalham na Copel, tenho vários amigos lá.

#### O SR. CEZAR SILVESTRI

Mais uma vez tenho que discordar de V. Exa., secretário, até porque esta valorização que V. Exa. fala não ocorreu em 95.

A ida do Ingo para Nova Iorque foi, se eu não me engano, no ano de 97, 98. Esta valorização não houve no ano de 95.

Em segundo lugar eu queria lhe perguntar, aproveitando a réplica, qual é o valor da Copel hoje?

#### O SR. MIGUEL SALOMÃO

Primeiro, subiu muito quando se marcou o leilão. Depois se estabilizou, chegou a 14, 15, 16. Uma coisa é o valor normal. Outra coisa é o valor do controle acionário do bloco de ações.

#### O SR. CEZAR SILVESTRI

Não tenho dúvida disso. Isso precisa ficar claro para a população paranaense. O que está havendo é uma manipulação de números. Não há valorização nenhuma. Pelo contrário, se o senhor e o presidente da Copel continuarem desmerecendo a empresa, amanhã estaremos dando essa empresa para uma empresa estrangeira. Se hoje está quatorze, é só fazer o cálculo. Se estava seis em 1995, eram seis dólares. Tínhamos a qualidade cambial de 1 para 1. Hoje está praticamente 3 para 1. Só a correção cambial hoje estaria 18 reais. Não houve valorização nenhuma.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, gostaria de cumprimentar o secretário Miguel Salomão. Da audiência pública última para hoje tivemos muito mais qualidade de apresentação.

A Lei nº 101 tem o princípio de tornar mais transparente e mais responsável. Não conseguiremos exercer a nossa responsabilidade enquanto deputado, se não tivermos um conhecimento anterior às matérias. Essa é uma questão que a Casa tem obrigação, como uma instituição e com os deputados, apresentar esses documentos com

antecedência. É impossível analisar os números e vir para uma audiência pública debater. Não há condições de estabelecermos um debate. Essa é uma questão que a Casa precisa responder de imediato para que não tenhamos a próxima em fevereiro com a mesma dificuldade que hoje apresentamos.

Senhor secretário, V. Exa. trouxe aqui no quadro, dois resultados: juros da dívida - valor orçado era de 609 milhões, projetado no segundo quadrimestre 393 e V. Exa. informa que o realizado foi 345 milhões 938 mil reais.

Pergunto: aqui está incluída a parcela do Banestado, nessa amortização?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Esse mapa exige que, abaixo da linha, seja colocado todos os juros que o Estado é obrigado a pagar, inclusive os contratos de financiamentos, refinanciamento da Lei nº 9496, que inclui as letras financeiras obtidas em 1979 e 90 e o saneamento do Banestado. Então, nesse bloco, está incluído, sem dúvida, os juros devidos da Lei nº 9496, que é a que se refere V. Exa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não sei se V. Exa. tem condições de informar a partir de que mês começaram a ser amortizadas as prestações do Banestado!?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Pela própria memória dos técnicos da Fazenda que fizeram, confesso...

A SRA. LOUISEANA

Na verdade, no mês seguinte ao financiamento: abril de 1999.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Abril de 99, então aqui temos praticamente o pagamento desses juros quase todos, referente ao Banestado?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Não necessariamente, se olhar o quadro a dívida...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Da dívida, não, o valor do serviço.

A SRA. LOUISEANA

Aqui são só juros e encargos. A amortização está lá para baixo!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Uma pergunta queria fazer, se tivesse pelo menos tempo para analisar, já pediria para que o senhor secretário fizesse a...

O SR. MIGUEL SALOMÃO

No quadro 8, o senhor tem lá a questão do Banestado, PROA e saneamento Banestado, que não tenho

nenhuma dificuldade em dizer: Banestado Badep, porque desde que o Badep foi retirado, ficou pendurado no Banestado e isto que deixou o Banestado sob permanente ameaça de intervenção.

Então, divide-se aqui, deputado, títulos: 533 milhões em títulos, dentro do financeiro do Tesouro. E o anexo 1 explica, se o senhor chegar no anexo 1, tem: dívidas imobiliárias, débitos financeiros no Paraná, emitida em 19 de março de 90, pagamento de taxa de crédito de empreiteiras do DER, que estavam no Banestado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Então, nesse anexo, teria mais uma sugestão a fazer ao senhor secretário. Como é feito o locálice; como trouxe aqui o contrato; a data; o objetivo; o objeto de destino; o cargo e os encargos financeiros; trouxesse também o valor, para que pudéssemos fazer um comparativo e aí determinar, na data do período administrativo, a responsabilização, porque aqui se fala muito em rolagem da dívida de 90 e a rolagem da Lei nº 9758 tal qual, mas só que não apuramos nada e sempre temos as dificuldades, secretário Miguel Salomão.

Os números que nós hoje cogitamos e os números que a Secretaria sempre apresenta, há uma diversidade, e aí essa postura diminuiria esse atrito de número que temos.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Se me permite, deputado, até dentro da sugestão, que o senhor deu da outra vez, estou procurando, daqui a certidão de batismo da dívida, de onde é que veio isso? Pois no caso do Banestado, falo muito à vontade, fui durante muitos anos do Banco Central e conheço bem por dentro isso, o último levantamento feito da dívida do Banestado deu 70% de débitos antigos, principalmente, do CDI do Badep, que rolados a juros elevadíssimos no mercado financeiro, geraram um valor enorme.

Então, não se trata aqui de culpar governante. Cada governante foi vítima da inflação da sua época, fez o seu dever na sua época. Acho que temos que ter os olhos na certidão de batismo da dívida: de onde veio? Por que cresceu? A taxa de juros do governo federal ajudou essa dívida a crescer?

Então, é basicamente isso que trago aqui, vamos dizer assim, é como uma injeção total de erros; falo apenas como técnico, para ajudar.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Na questão de pessoal, vou pegar o título, não vai ser uma sequência porque não tive tempo também para fazer isso. O senhor vai me permitir a confusão de informações, isso faz parte do seu relatório.

Em que título foi contabilizada a terceirização? Foi na coluna de pessoa, é a questão de encargos com pessoal. Por quê?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

O senhor tem o mapa do relatório de gestão fiscal, é um dos quatro que o governador mandou assinar, o senhor tem ali outras despesas de pessoal, artigo 18, parágrafo 1º da lei, e é a terceirização de 148 milhões que temos somado para apurar a despesa líquida de pessoal.

Chama-se Demonstrativo de Despesa de Pessoal, em relação à Receita e Corrente Líquida, segundo quadrimestre. E os últimos 12 meses a despesa de pessoal: 2911.

Então realmente, é essa a despesa que o deputado se refere: 148.187, está contabilizado nos últimos 12 meses.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Que anexo que é? Que quadro, por gentileza?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Depois do anexo II.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Ah, sim! Outras despesas de pessoal, artigo 18.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Está em dois quadros. Nesse e...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Aqui está. Fala na Educação, e todos os “penduricalhos” que fizemos, nos serviços sociais.

Os convênios da Apae, etc., quadro de capacidade de endividamento no demonstrativo do primeiro quadrimestre.

Vossa Excelência afirma, através do demonstrativo, que a nossa dívida era de, se não me falha a memória, se tivesse tempo veria o comparativo, do quadrimestre anterior, o senhor apresentou com 7 bilhões e 800.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Essa era a líquida. É 8.768, deputado.

Nesse quadro 7, capacidade de endividamento, segundo a Resolução 78 do Senador, aparece a dívida realizada até agosto de 2001, que é a última, 31/08.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

O senhor tinha uma dívida de 10 bilhões e 200.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Não, esse é o limite legal 1.7 da Receita Corrente Líquida e até onde poderia ir a dívida, a 10.214. Mas o saldo é 8.768, pelos critérios do mapa da STN, que é o que os técnicos da Fazenda utilizam para preencher.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

É 8.768. O senhor tem razão. E no balanço no quadrimestre, se não me falha a memória, no quadrimestre anterior, era 7.800.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Era 8.200 porque tinha um saldo em caixa.

De lá para cá, tivemos o dólar subindo. A correção cambial foi maior do que a amortização da dívida externa, e o saldo cresceu, mesmo sem entrar dinheiro novo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Vossa Excelência informou, não fez ARO neste Governo.

Como classificaria o empréstimo da (?) ... e se as antecipações de receita de ICMS feitas na Copel, junto ao Cimento Itambé, junto a tantas outras empresas no Estado também não classifica como uma ARO, que hoje inclusive, me corrija se estiver equivocado, a legislação não permite mais antecipação de receita de ICMS.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

A pergunta é muito bem-vinda, deputado.

Me permite, esclarecer primeiro o (?)...

Quando nós fizemos, em dezembro de 95, o empréstimo-ponte, por conta da securitização, é porque ela, já no final de dezembro, tinha no orçamento aquela verba. Se não usasse, iria reabrir o orçamento de 1996.

Foi alienação de arquivo, ou seja, foi uma securitização das ações da Copel, para valorizá-las, mas dinheiro carimbado para investimento pela Assembléia Legislativa. Houve até uma comissão de deputados, mas o fato é o seguinte: porque fizemos em 95?

Seria, no caso, para pagar o 13º; estaria precisando? Não! O dinheiro até saiu para pagar o 13º. E o saldo em caixa em 31/12, era maior do que o empréstimo ponte. Tive o cuidado até, de uma norma que saiu na Gazeta do Povo, tornar bem claro. Ficou perfeitamente convicto que esse dinheiro do décimo não foi usado para pagar qualquer despesa do ano de 95. Nós só pegamos o empréstimo. 25 porque o próprio empréstimo sugeriu que se o orçamento tinha verba naquele ano e no ano seguinte, até abrir...

Quanto à situação de receitas, o senhor tem razão, a Lei de Responsabilidade Fiscal, definiu agora que não se pode recolher antecipadamente imposto sobre fato gerador não ocorrido, porque antes era permitido.

Tanto é que o Governo do Mato Grosso do Sul, do PT, nosso bravo deputado Paulo Bernardo, um dos melhores técnicos desse País, fez também antecipação de receitas.

Quando eu estava na Fazenda, em 95, 96 o Rio Grande do Sul fazia isso.

Eu não fiz porque sempre fui meio conservador, preferia ter dinheiro sobrando no bolso do que ter conta para pagar, mas é questão de estilo, só não era proibido; era legal e tornou-se, agora com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a partir de 2001, vedado a arrecadar imposto sobre base tributária ainda não constituída e isso está sendo rigorosamente observado e cumprido pelo nosso secretário Ingo.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

A título de sugestão, porque não temos só o sentido de apontar as dificuldades, mas contribuir para que o processo possa ser transparente e sobretudo, através da transparência, ser produtivo à própria sociedade e conhecer como é que o governo utiliza os recursos colocados pela sociedade à sua disposição. Usar o demonstrativo no quadrimestre até o quadrimestre.

O senhor fez duas demonstrações: em alguns quadros colocou primeiro quadrimestre e até o quadrimestre. Se utilizássemos isto como parâmetro sempre, aí tínhamos condições de acompanhar a evolução de um quadrimestre para outro, tanto da despesa, como da receita. Nós teríamos condições de fazer a avaliação quadrimestral do acompanhamento do Governo.

Quer dizer, toda vez que fizesse, do primeiro quadrimestre e até o quadrimestre, inclusive fazendo os percentuais sobre a Receita Corrente Líquida, nós teríamos um outro índice da avaliação, estaríamos fazendo a observação quanto aos índices de receita Corrente Líquida em cada quadrimestre. É uma outra forma, também, de acompanhar e de cumprirmos o que determina a Lei 101. E especialmente a Despesa de Pessoal, que é uma despesa que tem trazido preocupação até com esse seu crescimento vegetativo.

O anexo 1, relação de contratos de dívida interna, a sua origem, dado, objeto, prazo e encargos.

O seu relatório traz também um superávit de cento e sessenta e um milhões; foi nesse momento que não pude estar presente, não sei se o senhor afirmou que Folha de Pagamento é contabilizada no dia primeiro? Correto?

Se a Folha de Pagamento é contabilizada no dia primeiro, e nós temos um superávit de cento e sessenta e um milhões, se contabilizarmos a Folha, que é de mês de competência, ela só está sendo contabilizada no mês seguinte, portanto, dá uma disparidade entre a contabilidade e o fato, nós teremos um déficit de mais de duzentos milhões, aproximadamente duzentos milhões.

**O SR. MIGUEL SALOMÃO**

Bem, deputado, essa é mais fácil de responder e até acho que o senhor não estava quando eu mostrei que, quando tem folha para contabilizar, o saldo de caixa é superior e acho que é superior a quinhentos milhões, deixe-me só achar o mapa, porque esses quinhentos e sessenta e depois, já, de...deixe-me pegar aqui.

**O SR. MARCOS ISFER**

E o 13°.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Pois é! Justamente queria ouvir a resposta, porque depois temos o 13°.

**O SR. MARCOS ISFER**

O 13° é a minha preocupação.

**O SR. MIGUEL SALOMÃO**

Um conceito é o de contabilização por regime de competência, o outro conceito é o de caixa, que no fim do mês quanto ele tem em caixa, é aquilo que está lá atrás, os quatrocentos, quinhentos milhões. Deixe-me só achar o mapa aqui, que fica mais fácil. É o mapa da dívida. Para calcularmos por ali, pegamos a dívida total e deduzimos os ativos que o Estado tem. Então o lucro, trinta e um de agosto, o Estado tinha ativos em caixa.

É demonstrativo da dívida consolidada imobiliária e está de trás para frente, é o antepenúltimo, se o senhor pegar de trás para adiante, tira fora o último, o penúltimo, é o antepenúltimo, que tem um mapa onde aparecer o demonstrativo da dívida consolidada imobiliária. Ele parte de números totais, para chegar em uma dívida líquida, que está em uma parte meio sombreada, e o senhor nota que tem aqui, então: 01) dívida consolidada; 02) ativo financeiro. Tem em disponibilidade, quatrocentos e vinte e cinco milhões, quer dizer, o final de agosto, 31 de agosto, mais aplicações financeiras - 114, e mais ativos financeiros - 80, num total de 620 milhões de ativos financeiros. Quando eu digo que tenho esse dinheiro em 31 de agosto, mas eu não contabilizei a folha dia 1°, ao pagar a folha eu vou abater aqui. Então, esse é o conselho de caixa.

Outro conceito que o senhor está se referindo é de competência para pagamento com juros de dívida abaixo da linha em renda do superávit primário desses 560 milhões e abaixo da linha, claro, juros, amortização, e somo desembolso do Banco Mundial. Aí me dá um saldo, um conforto de 160 milhões em termos de regime de competência de receita e despesas.

Então, são dois conceitos. Isso aí está no quadro 2.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Senhor secretário, é justamente aqui que nós discordamos, porque esse recurso que V. Exa. traz nesse demonstrativo quanto à dívida consolidada, aqui tem recursos carimbado, se é disponibilidade tem recursos carimbado que V. Exa. ou o secretário da Fazenda não podem utilizar conforme as necessidades da despesa.

Por exemplo, FUNDEF, aqui estão os recursos do FUNDEF, aqui tem recursos já carimbados, e nós sabemos que boa parte deles, hoje, vem com carimbo. E eu tenho que admitir que o Poder Executivo tem, hoje, pouca amabilidade para poder manejar contas, se bem que o Estado trabalha com sistema de caixa único, mas senão tem uma enorme série de contas específicas para aquele recurso.

**O SR. MIGUEL SALOMÃO**

Permita-me.

A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que a despesa é registrada pelo regime de competência e não pelo regime de caixa. Então, quando apura-se esses 160 milhões, e aqui já está despesa com pessoal, está a despesa de pessoal do regime de competência do próprio

mês de agosto, quer dizer, o conceito de caixa é outro. Então, quando sobrou esses 160 milhões, eu já paguei a folha de agosto; em termos de contabilização, eu já contabilizei o regime de competência.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas, é que eu entendi que naquela explicação V. Exa. falou que a folha era quitada dia 1º.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Era o impacto dela no saldo de caixa.

O SR. (Manifestou-se da platéia)

No último dia do mês é feito o crédito dos funcionários. Daí no outro dia é que na realidade esse recurso aparece nas contas dos funcionários, e conseqüentemente, vai abaixar algum saldo.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Talvez eu tenha me expressado mal naquele momento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

O senhor também nos informa que o Estado não concedeu fiança nesse período quanto a bens ou quanto a títulos em garantia. O que foi a alteração dos títulos podres, não foi uma garantia com títulos mobiliários do Estado?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Vou me permitir, deputado, perdoe-me, o senhor sabe o respeito que eu tenho pela sua atitude como parlamentar. Eu me revolto quando vejo falar em título podre. Você tem uma situação extremamente estranha em que um papel é emitido com todo o ritual da lei, aprovado pelo Senado da República, colocado no mercado financeiro com a autorização do Banco Central. Colocam esse título na sua carteira, fundo de renda fixa, e pessoas aplicam nesse fundo. De repente, você descobre que o governo que vendeu os títulos, usou o dinheiro ao invés de pagar a despesa; vai pagar a dele, tudo está cancelado, tudo aquilo é podre, tudo aquilo...

Eu vi agora a Argentina emitir os patações, são títulos estaduais para pagar salários, da Província de Buenos Aires, só que eles honram, eles aceitam aquilo de volta para o imposto.

Então, quando vejo Estados fiando Pernambuco, vamos reconhecer aqui Pernambuco, que pagou, eles reconhecem que esse é dinheiro bom que entrou no Estado, que foi usado para pagar contas do Orçamento do Estado, empreiteiras, investimentos, em benefício da sua população, estão honrando junto àquele que forneceram capital, o órgão respectivo, independentemente do erro do governador na época, o Miguel Arraes, ao invés de ter pago precatórios com aquele dinheiro, pagou óculos para a sua população. Há Estados, não vou citar nomes, mas há um Estado vizinho que por razões políticas entende

que é podre e não paga, e nós, paranaenses, ficamos naquela situação de não termos esse títulos, nós não usamos estes mecanismos que estavam fazendo na época, sei que não usei.

Segundo, o mercado financeiro, ao vender essas letras, ninguém tinha condições naquele momento de saber se aquela letra era igual às letras estaduais, que todos os governos estaduais compraram. O governo anterior ao nosso foi um grande comprador de títulos estaduais, por quê? E fez bem em comprar, porque título estadual, título público sempre tem a garantia, na arrecadação de impostos, o setor público não quebra, o Governo Federal refinancia, sempre foi uma aplicação sólida. Quem comprou esses títulos no mercado não podia imaginar que um dinheiro usado na arrecadação da venda daquele título em vez de pagar a despesa A, pagou a B e agora se volta atrás e se chama de podre.

Deputado, eu acho o seguinte: infelizmente a nossa corretora Banestado que há vinte anos comprava esses títulos, sempre ganhou muito dinheiro, foi uma das primeiras corretoras do País, e antes da nossa gestão já o era, porque seus ativos eram títulos estaduais do Nordeste que davam uma boa rentabilidade e nunca sofreram calote. A nossa corretora ficou agora numa situação de ser acusada de ter comprado títulos podres. Podre não é o título. Podre é a decisão que não respeita o estado de direito de um papel que passou por todo o ritual legal para ser emitido, colocado no mercado para compradores comprarem.

Bom, voltando à sua pergunta: perdoe-me o desabafo. Nós temos efetivamente esta pendência que todo mundo conhece lá do Banco Itaú, mas já recebemos de Pernambuco. Há bastante perspectiva de recebermos de Alagoas, uma parte. E nosso Estado vizinho, irmão, Santa Catarina, tenho certeza que não vai deixar de nos pagar.

Então, deputado, este é um dinheiro que eu confio que será recuperado. Já está sendo, aliás.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Para encerrar, o uso do podre, se o senhor me permite, eu não tenho condições de retirar, porque a expressão...

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Nem estou pedindo isto ao senhor.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas pela sua gentileza, sua educação, estou me antecipando que não posso retirar, até porque a Corretora Banestado voltou a comprar os títulos denunciados como podres 60 dias depois deles denunciados. E aí quem está mais indignado ainda é o contribuinte paranaense que viu uma instituição quebrar por...

**(barulhos no recinto dificultando a audição)**

Então, este é o desabafo que faço em nome do povo do Paraná, sei que talvez este não seja o lugar e nem

o momento adequado, mas como o assunto chegou e eu faço aqui com todo o respeito ao seu profissionalismo, mas 60 dias depois voltar a comprar os títulos denunciados...

**O SR. MIGUEL SALOMÃO**

Deputado, me permite só uma observação sobre isto, porque quando esta operação final foi feita, já não era atuante na área financeira, eu acho que tem que se dar o benefício da dúvida quanto ao compromisso de recompra que possa existir em cima disto. Não quero entrar no mérito. A justiça que julgue. Eu só acho que nós temos que ter o cuidado de verificar até que ponto a operação estava casada.

Não vou entrar no mérito. Só isto.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Eu agradeço e espero, senhor presidente, que nós tenhamos cada vez mais o aperfeiçoamento e que a Comissão de Orçamento, presidente deputado Cezar Silvestri, possa fazer um acompanhamento, a partir da própria Assembléia Legislativa e esta comissão que, em exercendo da plenitude, eu sei que nós temos dificuldades, sou membro suplente, mas em ela exercendo sua função, nós estaremos cumprindo um belo papel a partir do legislativo na fiscalização, no acompanhamento, na transparência e seremos, senhor secretário, no futuro, avalizadores da própria ação do governo.

Quando há esta transparência, quando há esta interação entre o Executivo e o Legislativo torna-se o verdadeiro defensor dos atos do governo. Ele não o faz... sempre pautar por um nível de coerência, posso até infringir em alguma incoerência quando ignoro, daí não posso ter juízo, mas quando tem, procuro pautar pela coerência, pelo conhecimento da matéria e com a antecedência nós temos condições de evitar alguns dissabores e a Comissão de Orçamento acompanhar melhor e que a Secretaria da Fazenda fosse mais ágil para poder informar a questão de gastos, desse mais conhecimento, não custa, todo deputado tem um e.mail.

Pela Internet, poderão encaminhar para cá um relatório e nós iremos acompanhando, sem nenhuma dificuldade.

Nesse sentido, a Comissão de Orçamento poderia fazer uma visita à Secretaria da Fazenda para ajustar esse questão.

**O SR. CEZAR SILVESTRI**

V. Exa. estava ausente e fiz uma sugestão ao secretário, que prontamente atendeu o convite da Comissão de Orçamento para que nós marquemos uma data, provavelmente para semana que vem, uma data que nos desse

tempo inclusive para fazermos uma análise mais profunda, e prontamente o secretário se disponibilizou de estar presente nessa Sessão.

Então, já atendendo à sua sugestão, nós já fizemos esse convite ao secretário.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Peço pela ordem para requerer as cópias da taquigrafia da sessão de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deferido. V. Exa. terá as notas taquigráficas.

É pela segunda vez, que, na condição de 2º vice-presidente desta Casa, presido Sessão Extraordinária de Audiência Pública, com a presença do secretário Miguel Salomão.

Queria agradecer, a presença do secretário, mais uma vez, mas dizer o seguinte: vou repassar ao presidente Hermas Brandão uma sugestão dessa segunda audiência pública.

Acho que está na hora da Assembléia Legislativa dar um suporte técnico à Comissão de Orçamento da Casa.

O orçamento não se acompanha de quarenta em quarenta meses. Deve-se passar um, dois dias antes, três dias, para todos os deputados.

Quero cumprimentar o deputado José Maria pelos dados que tem pelo acompanhamento que tem feito da matéria. Mas, nem a todos os deputados é permitido o acompanhamento técnico. Alguns são mais afeitos à área, outros têm mais experiência administrativa, outros já foram prefeitos e outros não.

Acho que a responsabilidade da Assembléia Legislativa é dar um suporte técnico à Comissão de Orçamento. Inclusive, falava-me aqui o deputado Cezar Silvestri, que na condição de presidente da Comissão de Orçamento, já solicitou ao presidente Hermas Brandão.

Desta Sessão resta o encaminhamento oficial no final desta Sessão, e uma sugestão ao presidente da Casa, que faça a contratação de um técnico competente, conhecedor da área, para num momento como esse, nós termos, além da exposição do secretário, a imediata exposição da Comissão de Orçamento para um comparativo entre as duas disposições e o julgamento dos deputados, se cada um pode ficar atabalhado, atrás de dados técnicos, que muitas vezes, não são possíveis de serem obtidos antecipadamente.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão de Audiência Pública.

Levanta-se a Sessão.